

DATA DA REUNIÃO: VINTE E NOVE DE ABRIL DE DOIS MIL E CATORZE.-----

LOCAL DA REUNIÃO: SALÃO NOBRE DA SEDE DO MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO.-----

PRESIDIU: O PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. JOAQUIM BARBOSA FERREIRA COUTO.---

PRESENCAS E FALTAS:-----

PRESIDENTE DR. JOAQUIM BARBOSA FERREIRA COUTO – PS – PRESENTE.-----

VEREADOR ALÍRIO ANTÓNIO DE SOUSA CANCELES – PPD/PSD.PPM – PRESENTE.----

VEREADOR ENG. MANUEL LUCIANO DA COSTA GOMES – PS – FALTOU POR RAZÕES QUE FORAM CONSIDERADAS JUSTIFICATIVAS.-----

VEREADOR JOSÉ MANUEL COELHO PINHEIRO MACHADO – PPD/PSD.PPM – PRESENTE.-----

VEREADORA ENG.ª ANA MARIA MOREIRA FERREIRA – PS – PRESENTE.-----

VEREADOR DR. JOSÉ PEDRO DOS SANTOS FERREIRA MACHADO – PS – PRESENTE.-----

VEREADORA DRA. MAFALDA SOFIA RORIZ DE OLIVEIRA BRÁS – PPD/PSD.PPM – FALTOU POR RAZÕES QUE FORAM CONSIDERADAS JUSTIFICATIVAS.-----

VEREADOR DR. ALBERTO MANUEL MARTINS COSTA – PS – PRESENTE.-----

VEREADOR DR. CARLOS ALBERTO LOPES PACHECO – PPD/PSD.PPM – PRESENTE.----

HORA DE INICIO DA REUNIÃO: NOVE HORAS E CINQUENTA MINUTOS.-----

HORA DE ENCERRAMENTO: ONZE HORAS E QUINZE MINUTOS.-----



SECRETARIOU A TRABALHADORA DESIGNADA PARA O EFEITO, MARIA ADRIANA SALGADO MAGALHÃES.-----

ORDEM CRONOLÓGICA POR QUE FORAM TRATADOS OS ASSUNTOS DA ORDEM DO DIA: A ORDEM QUE CONSTA DA PRESENTE ATA.-----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

a) O senhor presidente deu conhecimento do seu despacho de quinze do corrente mês de abril, proferido ao abrigo de competência delegada pela câmara municipal, que aprovou a 4ª modificação às Grandes Opções do Plano e Orçamento para dois mil e catorze, que consistiu na 4ª alteração ao Orçamento da Despesa e ao Plano Plurianual de Investimentos.-----

Anexa-se cópia do aludido despacho à presente ata.-----

b) O senhor presidente deu também conhecimento dos seguintes despachos:-----

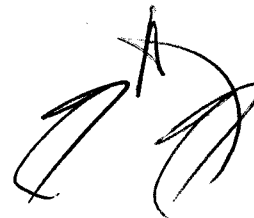
- Despacho de vinte e sete de março findo, que delegou competências para a prática de atos de caráter instrumental na diretora do departamento administrativo e financeiro, Maria Adriana Salgado Magalhães;-----

- Despacho de dois do corrente mês de abril, que delegou e subdelegou competências no senhor vereador Dr. José Pedro dos Santos Ferreira Machado, para a prática de atos nas áreas de atuação municipal que lhe compete coordenar.-----

Anexam-se cópias dos aludidos despachos à presente ata.-----

DESPACHO

3



4º Modificação – GOP E ORÇAMENTO 2014

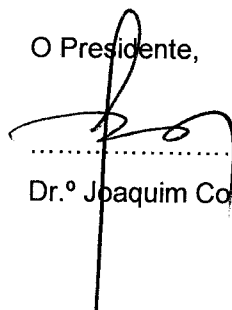
Joaquim Barbosa Ferreira Couto, Presidente do Município de Santo Tirso, decido ao abrigo da deliberação de executivo de 21/10/2013, item 5, n.º 1-a), aprovar a 4ª modificação às Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2014, com reforço de verbas no montante 942.000,00€ (novecentos e quarenta e dois mil euros), coberto pela anulação parcial de outras dotações do Orçamento de Despesas, cujo teor passa a constituir as subseqüentes 4 folhas do presente despacho.

O presente despacho fundamenta-se na necessidade de reforçar algumas dotações orçamentais, para que seja possível o normal funcionamento da autarquia.

À próxima reunião ordinária para conhecimento e à Divisão de Gestão Finanças e Compras para execução.

Santo Tirso, 15 de abril de 2014

O Presidente,



Dr.º Joaquim Couto

SISTEMA CERTIFICADO

eiC
ISO 9001
certificação
acreditada
IRPC

Serviços de Obras Particulares,
Ação Social e Manutenção
Geral e Actividades de Gestão
Administrativa, Recursos
Humanos, Apoio Jurídico e
Compras

M.021GR



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534

gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

4

GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO 2014

MODIFICAÇÃO N.º 4

ALTERAÇÃO ORÇAMENTO DA DESPESA N.º4

ALTERAÇÃO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS N.º4

abril 2014

ENTIDADE

CM S TIRSO

MODIFICAÇÕES AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

Página : 1

MODIFICAÇÃO NÚMERO : 4

ALTERAÇÃO AO PLANO DE INVESTIMENTOS

NÚMERO 4 DO ANO CONTABILÍSTICO 2014

DATA DE APROVAÇÃO

5

OBJECTIVO / PROGRAMA / PROJECTO / ACÇÃO	NUMERO DO PROJ. ACÇÃO	DESCRIÇÃO	CODIGO DA CLASSIFIC. ORGANICA	CODIGO DA CLASSIFIC. ECONOMICA	DATAS		EX	VALOR REALIZADO	DOTAÇÃO ANTERIOR			MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS		DOTAÇÃO SEGUINTE	
					INICIO	FIM			ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)			ANOS SEGUINTE	INSCRIÇÕES / REFORÇOS		DIMINUIÇÕES / ANULAÇÕES
									TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFINIDO				
TRANSPORTE															
1. 1.1. 1.1.1. 1.1.1.1.	01	2012 8	02	070108	2012/01/01	2015/12/31	1		70.000,00	70.000,00		300.000,00	150.000,00	220.000,00	
		Funções gerais Serviços gerais de administração pública Administração geral													
2. 2.5. 2.5.1. 2.5.1.1.	04	2007 72	02	070115	2007/01/01	2016/12/31	1	324.646,62	1.937.454,47	1.937.454,47		1.511.900,00	150.000,00	1.787.454,47	
		Funções sociais Serviços culturais, recreativos e religiosos Cultura MUSEU INTERNACIONAL ESCULTURA CONTEMPORÂNEA E MUSEU ABADE PEDROSA													
TOTAL ...								324.646,62	2.007.454,47	2.007.454,47		1.811.900,00	150.000,00	150.000,00	2.007.454,47

Em ____ de ____ de ____

Em ____ de ____ de ____

LISTAGEM DE MODIFICAÇÕES
Ano Contabilístico: 2014 Data Aprovação :

Página: 1

Tipo de Modificação : AOD - ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO DA DESPESA				Número : 4		
Orgânica	Economica	Plano	Designação (Economica ou Plano)	Dotação Actual	Aumentos	Diminuições
02	01010401		Pessoal em funções	4.685.000,00		82.000,00
02	010108		Pessoal aguardando aposentação	10.000,00	2.000,00	
02	010109		Pessoal em qualquer outra situação	40.000,00	80.000,00	
02	02010299		Outros	208.000,00	100.000,00	
02	02020199		Outras	16.000,00	20.000,00	
02	020213		Deslocações e estadias	34.500,00	20.000,00	
02	020214		Estudos parceres projectos e consultadoria	54.000,00	30.000,00	
02	020219		Assistencia tecnica	145.000,00	20.000,00	
02	02022009		Serviços especializados diverso	1.136.500,00	120.000,00	
02	04050102		Freguesias	777.000,00	50.000,00	
02	04050104		Associação Municípios	1.520.000,00		50.000,00
02	05010101		Empresas Públicas Municipais e Intermunicipais	6.241.000,00		510.000,00
02	060201		Impostos e taxas	102.000,00	200.000,00	
02	070108		Software informatico	170.000,00	150.000,00	
02	070115		Outros investimentos	2.773.112,45		150.000,00
Total de Aumentos/Diminuições:					792.000,00	792.000,00
Tipo de Modificação : API - ALTERAÇÃO AO PLANO DE INVESTIMENTOS				Número : 4		
Orgânica	Economica	Plano	Designação (Economica ou Plano)	Dotação Actual	Aumentos	Diminuições
02	070115	2007 I 72	MUSEU INTERNACIONAL ESCULTURA CONTEMPORÂNEA E MUSE	1.937.454,47		150.000,00
02	070108	2012 I 8	MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DOS SERVIÇOS DO MUNCIC	70.000,00	150.000,00	
Total de Aumentos/Diminuições:					150.000,00	150.000,00
Total Geral :					942.000,00	942.000,00

Em ____ de ____ de ____

Em ____ de ____ de ____

ENTIDADE

CM S TIRSO

MODIFICAÇÕES AO ORÇAMENTO DA DESPESA

MODIFICAÇÃO NUMERO: 4

ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO DA DESPESA

NUMERO 4

DO ANO CONTABILISTICO DE 2014

DATA DE APROVAÇÃO

Página: 1

IDENTIFICAÇÃO DAS RUBRICAS

DESPESA

CLASSIFICAÇÃO		DESCRIÇÃO	DOTAÇÃO ANTERIOR	MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS		DOTAÇÃO SEQUINTE	O B S
ORGÂNICA	ECONÓMICA			INSCRIÇÕES / REFORÇOS	DIMINUIÇÕES / ANULAÇÕES		
02		CÂMARA MUNICIPAL E SERVIÇOS MUNICIPAIS	17.912.112,45	792.000,00	792.000,00	17.912.112,45	
	01	Despesas com o pessoal	4.735.000,00	82.000,00	82.000,00	4.735.000,00	
	0101	Remunerações certas e permanentes	4.735.000,00	82.000,00	82.000,00	4.735.000,00	
	010104	Pessoal quadros-regime contrato individual trabalho	4.685.000,00		82.000,00	4.603.000,00	
	01010401	Pessoal em funções	4.685.000,00		82.000,00	4.603.000,00	
	010108	Pessoal aguardando aposentação	10.000,00	2.000,00		12.000,00	
	010109	Pessoal em qualquer outra situação	40.000,00	80.000,00		120.000,00	
	02	Aquisições bens serviços	1.594.000,00	310.000,00		1.904.000,00	
	0201	Aquisições bens	208.000,00	100.000,00		308.000,00	
	020102	Combustíveis e lubrificantes	208.000,00	100.000,00		308.000,00	
	02010299	Outros	208.000,00	100.000,00		308.000,00	
	0202	Aquisição serviços	1.386.000,00	210.000,00		1.596.000,00	
	020201	Encargos instalações	16.000,00	20.000,00		36.000,00	
	02020199	Outras	16.000,00	20.000,00		36.000,00	
	020213	Deslocações e estadias	34.500,00	20.000,00		54.500,00	
	020214	Estudos parceres projectos e consultadoria	54.000,00	30.000,00		84.000,00	
	020219	Assistencia tecnica	145.000,00	20.000,00		165.000,00	
	020220	Outros trabalhos especializados	1.136.500,00	120.000,00		1.256.500,00	
	02022009	Serviços especializados diverso	1.136.500,00	120.000,00		1.256.500,00	
	04	Transferencias correntes	2.297.000,00	50.000,00	50.000,00	2.297.000,00	
	0405	Administração local	2.297.000,00	50.000,00	50.000,00	2.297.000,00	
	040501	Continente	2.297.000,00	50.000,00	50.000,00	2.297.000,00	
	04050102	Freguesias	777.000,00	50.000,00		827.000,00	
	04050104	Associação Municípios	1.520.000,00		50.000,00	1.470.000,00	
	05	Subsidios	6.241.000,00		510.000,00	5.731.000,00	
	0501	Sociedades e quase-sociedade não financeira	6.241.000,00		510.000,00	5.731.000,00	
	050101	Públicas	6.241.000,00		510.000,00	5.731.000,00	
	05010101	Empresas Públicas Municipais e Intermunicipais	6.241.000,00		510.000,00	5.731.000,00	
	06	Outras despesas correntes	102.000,00	200.000,00		302.000,00	
	0602	Diversas	102.000,00	200.000,00		302.000,00	
	060201	Impostos e taxas	102.000,00	200.000,00		302.000,00	
	07	Aquisição bens capital	2.943.112,45	150.000,00	150.000,00	2.943.112,45	
	0701	Investimentos	2.943.112,45	150.000,00	150.000,00	2.943.112,45	
	070108	Software informatico	170.000,00	150.000,00		320.000,00	
	070115	Outros investimentos	2.773.112,45		150.000,00	2.623.112,45	
TOTAL ...			17.912.112,45	792.000,00	792.000,00	17.912.112,45	
TOTAL DE DESPESAS CORRENTES				642.000,00	642.000,00		
TOTAL DE DESPESAS DE CAPITAL ...				150.000,00	150.000,00		

Em ____ de ____ de ____

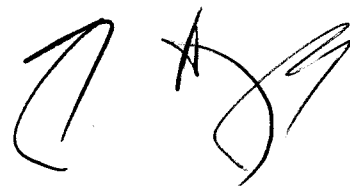
O Presidente da Camara,

Aprovada em reunião de ____

Os Vereadores:

DESPACHO

8



Delegação de competências na Diretora do Departamento Administrativo e Financeiro

Considerando que na adoção de medidas de modernização administrativa devem ser privilegiados os mecanismos de delegação de competências, nos termos legalmente previstos, de forma a propiciar respostas mais céleres às solicitações dos utentes e a proporcionar um pronto cumprimento de obrigações e uma gestão mais desburocratizada dos serviços;-----

Considerando a possibilidade de delegação de competências no pessoal dirigente prevista no artº 38º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, delego na Diretora do Departamento Administrativo e Financeiro desta Câmara Municipal, Dra. Maria Adriana Salgado Magalhães, as seguintes competências:-----

1. Autorizar termos de abertura e encerramento em livros sujeitos a essa formalidade, nomeadamente livros de registo de contratos;-----
2. Autorizar a restituição aos interessados de documentos juntos a processos cuja tramitação decorra pela identificada unidade orgânica;-----
3. Autorizar a passagem de certidões ou fotocópias autenticadas aos interessados, relativas a processos ou documentos constantes de processos arquivados e que careçam de despacho dos eleitos locais, relativas a processos cuja tramitação tenha decorrido pela mesma unidade orgânica;-----
4. Praticar atos e formalidades de carácter instrumental necessários ao exercício da minha competência decisória, no âmbito dos procedimentos assegurados pela referida unidade orgânica.-----

Cabem, nomeadamente, nesta competência, os seguintes atos:-----

- Pedidos de certidões à Conservatória do Registo Predial, Serviço de Finanças ou outras entidades, necessárias à instrução de atos, processos ou contratos, nos casos em que a obrigação de juntar tais certidões caiba à Câmara Municipal;-----
- Notificações aos empreiteiros e outros prestadores de serviços necessárias à celebração dos respetivos contratos, desde que previamente tenha sido notificada pelo Presidente a decisão de adjudicação;-----





SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

9

- Notificações aos empreiteiros e outros prestadores de serviços para entrega de documentos necessários aos pagamentos a efetuar pela câmara municipal, nos termos legalmente previstos;-----

- Assinar ofícios da Câmara Municipal, relativos a assuntos da competência do Departamento Administrativo e Financeiro, cujo conteúdo tenha natureza meramente instrumental.-----

Ficam expressamente ratificados quaisquer atos praticados pela delegada, que caibam no âmbito desta delegação, praticados desde 16 de outubro último até esta data.-----

Divulgue-se pelos serviços respetivos e publique-se nos termos legalmente previstos.-----

Santo Tirso, 27 de março de 2014

O Presidente,

Dr. Joaquim Couto



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

DESPACHO

10

Delegação e subdelegação de competências no vereador Dr. José Pedro dos Santos Ferreira Machado

Na sequência do meu despacho de vinte e um de outubro último, alterado por despacho de dezanove de fevereiro findo, que distribuiu pelos vereadores da câmara municipal, eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Socialista, funções de coordenação relativamente a algumas áreas de atuação municipal, e atenta a diversidade e amplitude dessas áreas de atuação, que me compete coordenar;-----

Considerando que na adoção de medidas de modernização administrativa, de forma a aperfeiçoar os sistemas internos de gestão, organização e funcionamento, devem ser privilegiados os mecanismos de delegação e subdelegação de competências, nos termos legalmente previstos, que propiciem respostas céleres às solicitações dos utentes e proporcionem um pronto cumprimento de obrigações e uma gestão mais célere e desburocratizada;-----

Pelos aludidos despachos as funções de coordenação das áreas de Relações Internacionais; Juventude; Associativismo e Desporto (com exceção das associações cujo objeto seja exclusiva ou eminentemente a cultura, bem como as associações de pais); Obras Particulares (em articulação com a presidência); Crescimento Sustentável e Inteligente, Serviços Urbanos e contra-ordenações foram atribuídas ao vereador Dr. José Pedro dos Santos Ferreira Machado.-----

Pelo que, ao abrigo do disposto no artº 58º, n.º 4, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro e nos nºs. 1 e 2 do artº 36º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, delego e subdelego competências no identificado vereador Dr. José Pedro dos Santos Ferreira Machado, com a faculdade de subdelegação no pessoal dirigente, nos termos legalmente previstos, conforme se passa a enunciar:-----

I. COMPETÊNCIAS SUBDELEGADAS:

- a) Assegurar a execução das opções do plano e orçamento, nos domínios que lhe compete coordenar;-----
- b) Discutir e preparar com os departamentos governamentais e com as juntas de freguesia contratos de delegação e acordos de execução, nos termos legalmente previstos, nos domínios de atuação que lhe compete coordenar;---



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

11

- c) Colaborar no apoio a programas e projetos de interesse municipal, em parceria com entidades da administração central, nos domínios que lhe compete coordenar;-----
- d) Assegurar o levantamento de todos os equipamentos desportivos municipais;-----
- e) Ordenar, precedendo vistoria, a demolição total ou parcial ou a beneficiação de construções que ameacem ruína ou constituam perigo para a saúde ou segurança das pessoas;-----
- f) Exercer o controlo prévio, designadamente nos domínios da construção, reconstrução, conservação ou demolição de edifícios, assim como relativamente aos estabelecimentos insalubres, incómodos, perigosos ou tóxicos;-----
- g) Gerir instalações e equipamentos desportivos integrados no património do município ou colocados, por lei, sob administração municipal;-----
- h) Promover o desenvolvimento de atividades e a realização de eventos de interesse municipal, nas áreas de gestão municipal que lhe compete coordenar, sem prejuízo da competência indelegável da câmara municipal prevista na alínea o) do nº 1 do artº 33º da referida Lei 75/2013;-----
- i) Proceder à captura, alojamento e abate de canídeos e gatídeos, nos termos da legislação aplicável;-----
- j) Decidir sobre a deambulação e extinção de animais considerados nocivos, nos termos legalmente previstos;-----
- k) Declarar prescritos a favor do município, nos termos e prazos legal e regulamentarmente fixados, e após publicação de avisos, os jazigos, mausoléus ou outras obras, assim como sepulturas perpétuas instaladas nos cemitérios propriedade municipal, quando não sejam conhecidos os seus proprietários ou relativamente aos quais se mostre que, após notificação judicial, se mantém desinteresse na sua conservação e manutenção, de forma inequívoca e duradoura;-----
- l) Participar em órgãos de gestão de entidades da administração central, nos domínios de atuação municipal que lhe compete coordenar;-----
- m) Participar em órgãos consultivos de entidades da administração central, nas áreas de gestão municipal que lhe compete coordenar;-----



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

12

n) Praticar os atos necessários à administração dos jardins públicos do município, parques e áreas de lazer;-----

o) Promover a publicação de conteúdos informativos e a sua disponibilização aos munícipes sobre as áreas de gestão municipal que lhe compete coordenar;-----

p) Assegurar o apoio adequado ao exercício de competências por parte do Estado, em matérias cuja coordenação lhe foi atribuída.-----

q) EM MATÉRIA DE LICENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO

1. Competências previstas no Decreto – Lei 555/99, de 16 de dezembro, com as alterações entretanto introduzidas (Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação):-----

1.1. A competência prevista no n.º 1 do artigo 5º, para concessão de licenças administrativas para realização das operações urbanísticas referidas no n.º 2 do artigo 4º daquele diploma legal;-----

1.2. A competência prevista no n.º 4 do artigo 5º, em conjugação com o disposto no artigo 16º, para aprovar os pedidos de informação prévia sobre a viabilidade de realização de quaisquer operações urbanísticas, nos termos previstos neste diploma legal ou em qualquer outro regime jurídico que preveja a possibilidade de pedido de informação prévia que implique a apreciação sobre a realização de operações urbanísticas;-----

1.3. Autorizar a emissão da certidão prevista no n.º 9 do artigo 6º do mesmo diploma legal, comprovativa da verificação dos requisitos do destaque de uma única parcela de prédio que cumpram os requisitos previstos nos números 4 e 5 do mesmo artigo;-----

1.4. A competência prevista no n.º 3 do artigo 20º, para decidir sobre o projeto de arquitetura;-----

1.5. A competência prevista no n.º 6 do artigo 23º para a concessão de licença parcial para construção da estrutura, nos termos e condições previstas na lei;-----

1.6. Aprovar os termos dos contratos previstos no n.º 3 do artigo 25º do referido diploma legal, bem como decidir sobre o montante da caução aí prevista;-----

1.7. Aprovar as alterações à licença de loteamento previstas no n.º 8 do artigo 27º do referido regime jurídico;-----



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

13
A

- 1.8. Definir, de harmonia com o previsto no n.º 3 do artigo 44º do mesmo diploma legal, se as parcelas cedidas ao município, no âmbito desse artigo, ficam afetas aos domínios público e privado do município;-----
- 1.9. Aprovar os termos dos acordos de cooperação e contratos de concessão previstos no n.º 1 do artigo 46º daquele diploma legal, relativamente à gestão das infraestruturas e dos espaços verdes e de utilização coletiva;-----
- 1.10. Decidir sobre o montante da caução destinada a assegurar a boa e regular execução das obras de urbanização, nos termos previstos no n.º 3 do artigo 54º;-----
- 1.11. Decidir sobre o reforço do montante da caução, nos termos e nas condições previstas na alínea a) do n.º 4 do mesmo artigo 54º;-----
- 1.12. Decidir sobre a redução da caução, a requerimento do interessado, em conformidade com o andamento dos trabalhos, nos termos da alínea b) do n.º 4 do mesmo artigo 54º;-----
- 1.13. Prorrogar o prazo para a conclusão das obras, nas condições previstas no n.º 3 do artigo 53º;-----
- 1.14. Aprovar os termos dos contratos de urbanização previstos no artigo 55º;
- 1.15. Decidir sobre o pedido de execução por fases das obras de urbanização, nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 56º, do referido regime;-----
- 1.16. Prorrogar o prazo para a conclusão das obras, nas condições previstas no n.º 5 do artigo 58º;-----
- 1.17. Decidir sobre a execução faseada da obra nos termos do disposto no artigo 59º;-----
- 1.18. Decidir sobre se o edifício satisfaz os requisitos legais para a constituição do regime de propriedade horizontal para efeitos do n.º 3 do artigo 66º;-----
- 1.19. Declarar a caducidade nos termos previstos no artigo 71º do mesmo diploma legal;-----
- 1.20. Promover a publicitação da emissão de alvarás de licença de loteamentos, nos termos previstos no artigo 78º;-----
- 1.21. A competência prevista no n.º 9 do artigo 85º do referido diploma legal, para emitir oficiosamente alvará para execução de obras por terceiro, nos termos legalmente previstos;-----



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

14

Handwritten marks: a large 'Z' or '7' and a signature 'A'.

1.22. A competência prevista no artigo 87º do diploma legal acima referido, para decidir sobre a receção provisória e definitiva das obras de urbanização após a sua conclusão ou depois de findo o correspondente prazo de garantia, respetivamente;-----

1.23. A competência prevista no n.º 3 do artigo 88º, para reconhecer o interesse na conclusão de obras inacabadas e emitir a licença especial aí prevista;-----

1.24. Determinar, mediante prévia vistoria, a execução de obras de conservação necessárias à correção de más condições de segurança ou de salubridade ou à melhoria do arranjo estético ou ordenar a demolição total ou parcial das construções que ameacem ruína ou ofereçam perigo para a saúde pública e segurança das pessoas, nos termos previstos no artigo 89º do RJUE, e o respetivo nível de conservação;-----

1.25. Ordenar a posse administrativa do imóvel para dar execução imediata às obras que sejam determinadas ao abrigo do artigo 89º ou que não sejam concluídas nos prazos fixados, de acordo com o artigo 91º do RJUE;-----

1.26. Ordenar o despejo sumário dos prédios ou parte dos prédios nos quais haja de realizar-se as obras previstas no artigo 89º de harmonia com o previsto no artigo 92º do mesmo diploma legal.-----

2. Competências previstas no Decreto – Lei 39/2008, de 7 de março, (regime jurídico da instalação, exploração e funcionamento dos empreendimentos turísticos);-----

2.1. As competências previstas no n.º 2 do artigo 22º do referido diploma legal, para:-----

- Fixar a capacidade máxima e atribuir a classificação dos empreendimentos de turismo de habitação;-----
- Fixar a capacidade máxima e atribuir a classificação dos empreendimentos de turismo no espaço rural, com exceção dos hotéis rurais;-----
- Fixar a capacidade máxima e atribuir a classificação dos parques de campismo e de caravanismo;-----

2.2. Declarar a caducidade prevista no n.º 1 do artigo 33º e proceder à cassação e apreensão do respetivo alvará;-----

2.3. A competência prevista no artigo 39º do mesmo diploma legal, para a dispensa dos requisitos exigidos para a atribuição da classificação.-----



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

15

3. Competências previstas no Decreto – Lei 141/2009, de 16 de junho (regime jurídico das instalações desportivas de uso público):-----

3.1. A competência prevista no n.º 2 do artigo 13º do referido DL, para fixar a capacidade máxima de utilização e de acolhimento de eventual público, nas instalações desportivas aí referidas e nos termos legalmente previstos;-----

3.2. Determinar a suspensão imediata do funcionamento da instalação e a realização da vistoria extraordinária nos termos do nº 4 do artigo 27º do referido diploma legal;-----

3.3. Promover a realização de vistorias das instalações desportivas existentes na área do município, conforme dispõe o artigo 31º do referido diploma legal.

4. Competências previstas no Decreto – Lei 267/2002, de 26 de novembro (regime jurídico do licenciamento de instalações de armazenamento de produtos de petróleo, postos de abastecimento de combustíveis e redes e ramais de distribuição ligadas a reservatórios de gases de petróleo liquefeito, ao abrigo do DL 125/97 de 23 de maio):-----

4.1. Decidir os pedidos de licenciamento de instalações de armazenamento de produtos de petróleo abrangidos pela alínea a) do n.º 1 do artigo 5º do referido diploma legal;-----

4.2. Decidir os pedidos de licenciamento de postos de abastecimento de combustíveis abrangidos pela alínea b) do n.º 1 do mesmo artigo 5º;-----

4.3. Decidir sobre os pedidos de autorização para a execução e entrada em funcionamento das redes de distribuição previstas na alínea c) do n.º 1 do referido artigo 5º;-----

4.4. Decidir a aplicação das medidas cautelares previstas no artigo 20º;-----

4.5. Determinar a realização do inquérito previsto no nº 1 do artigo 30º;-----

4.6. Tomar as diligências necessárias no âmbito das reclamações de terceiros e proceder à respetiva decisão nos termos do disposto no artigo 33º.-----

5. As competências previstas no Decreto-Lei 138/89, de 28 de abril, relativo ao regime jurídico de proteção do relevo natural, solo arável e revestimento vegetal (aquele diploma legal foi mantido em vigor pelo n.º 2 do artigo 3º da Lei 12/2012, de 13 março);-----

6. As competências previstas no Decreto-Lei 309/2002, de 28 de dezembro, que estabelece as disposições aplicáveis à manutenção e



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

16

7 A 7

inspeção de meios mecânicos de elevação, nomeadamente as competências previstas nos artigos 7º e 26º desse diploma legal.-----

7. Competências previstas no D.L. 270/2001, de 6 de outubro, alterado e republicado pelo D.L. 340/2007, de 12 de outubro (regime jurídico da **pesquisa e exploração de massas minerais – “pedreiras”**):-----

a) Ordenar a realização das vistorias previstas no artº 31º do referido diploma legal;-----

b) Declarar a caducidade da licença de exploração, nos casos e nos termos previstos na lei.-----

8. Realizar Vistorias, no que se refere aos estabelecimentos insalubres, incómodos, perigosos ou tóxicos, nos casos e nos termos legalmente previstos, e executar, de forma exclusiva ou participada, a atividade fiscalizadora atribuída por lei, nos termos por esta definidos.-----

9. A competência para o exercício da atividade fiscalizadora para assegurar o cumprimento de obrigações legalmente previstas no âmbito das atribuições do município e sempre que esta competência esteja atribuída por lei à câmara municipal, nas áreas de gestão municipal que lhe compete coordenar, sem prejuízo das competências atribuídas por lei a outras entidades.-----

r) NO ÂMBITO DE COMPETÊNCIAS ATRIBUÍDAS POR REGULAMENTOS MUNICIPAIS:-----

1. Regulamento de Liquidação, Cobrança e Pagamento de Taxas e outras Receitas Municipais:-----

1.1. A competência para reconhecer a existência de isenção do pagamento de taxas, nas situações previstas no n.º 1 do artº 15º do referido regulamento, nos pedidos respeitantes a áreas de gestão municipal sob a sua coordenação ou relativamente às quais tenha competências subdelegadas ou delegadas;---

1.2. A competência para decidir os pedidos de isenção e redução de taxas nos casos previstos no n.º 2 do mesmo artº 15º, nas mesmas situações previstas na alínea anterior.-----

s) Regulamento da Taxa pela realização de Infraestruturas Urbanísticas:

1. Reconhecer a isenção do pagamento da Taxa Municipal de Urbanização (TMU) nos casos previstos no n.º 1 do artigo 3º do referido regulamento;-----

2. Decidir os pedidos de isenção ou de redução de TMU, nos casos previstos nas alíneas b) e c) do artigo 3º do mesmo regulamento.-----



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

17

t) Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação:-----

1. Decidir sobre a Compensação Urbanística, nos termos dos artigos 22º e seguintes do referido regulamento, nomeadamente:-----

1.1. Reconhecer que se encontram preenchidas as condições definidas no n.º 4 do artigo 23º do Regulamento do Plano Diretor Municipal, para efeitos de substituição das áreas de cedência por compensação monetária, ou espécie;

1.2. Aprovar o valor da compensação a pagar, calculada nos termos do referido Regulamento;-----

1.3. Definir e aprovar a compensação em espécie, nos termos do mesmo Regulamento;-----

1.4. Reconhecer a isenção do pagamento da compensação, nos termos regulamentarmente previstos;-----

1.5. Aprovar o valor a atribuir a bens imóveis do requerente, para efeitos de prestação de caução mediante hipoteca.-----

u) Regulamento do Plano Diretor Municipal:-----

1. Definir a localização e repartição das áreas de espaços verdes e de utilização coletiva e para equipamentos ou a sua afetação na totalidade a um desses espaços, para efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 23º do referido regulamento;-----

2. Determinar a integração dos lugares de estacionamento no domínio público, nos termos previstos no n.º 3 do artigo 25º do referido regulamento;---

3. Determinar o número adicional de lugares de estacionamento nos termos previstos no n.º 6 do artigo 25º do mesmo regulamento.-----

v) Regulamento do Complexo Desportivo Municipal de Santo Tirso:-----

1. Decidir os pedidos de cedência de utilização regular e pontual das instalações, nos termos regulamentarmente previstos;-----

2. Exercer o direito de utilizar as instalações para eventos promovidos ou apoiados pelo município, nos termos do n.º 8 do ponto III do referido Regulamento;-----

3. Decidir o cancelamento da autorização de utilização das instalações, nos casos previstos no ponto V do mesmo Regulamento;-----

4. Reconhecer a isenção e redução do pagamento de preços pela utilização das instalações desportivas, nos casos previstos no ponto VII do referido Regulamento, bem como no n.º 1 do capítulo X do mesmo regulamento;-----



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

18

5. Autorizar os pedidos de utilização das instalações com transmissão televisiva;-----

6. Autorizar a exploração de publicidade nas instalações do Complexo Desportivo Municipal;-----

7. Autorizar a utilização das instalações do Complexo Desportivo para atividades não desportivas;-----

8. Praticar todos os demais atos necessários à gestão das instalações do Complexo Desportivo Municipal, nos termos previstos no referido Regulamento.-----

w) Regulamento dos Cemitérios Municipais de Santo Tirso e S. Bartolomeu de Fontiscos:-----

1. Autorizar a inumação de cadáveres em locais especiais, nos casos previstos no n.º 2 do artigo 9º do referido Regulamento e nos termos legal e regulamentarmente previstos;-----

2. A competência prevista no n.º 1 do artigo 58º do mesmo Regulamento, para declarar a prescrição de jazigos e sepulturas abandonadas, nos casos e nos termos previstos naquele Regulamento.-----

x) Regulamento do Mercado Municipal:-----

1. Adjudicar o direito de ocupação das lojas ou postos de venda do Mercado Municipal, com base no valor que resultar da licitação em hasta pública, ou da negociação direta, consoante os casos, e nos demais termos legal e regulamentarmente previstos.-----

y) Aprovar o relatório técnico e as obras a realizar bem como a comparticipação camarária no âmbito das candidaturas ao Programa RECRUA (Regime Especial de Comparticipação na Recuperação de Imóveis Arrendados) e aprovar o orçamento das obras a realizar ao abrigo do Programa de Apoio Financeiro Especial para realização de obras de recuperação de fogos desocupados e destinados a arrendamento com renda condicionada e para apoio a famílias carenciadas para realização de obras na sua habitação própria e permanente, designado por SOLARH, regulados, respetivamente, pelos Decretos – Lei n.º 329-C/2000, de 22 de dezembro e 39/2001, de 9 de fevereiro.-----

II. COMPETÊNCIAS DELEGADAS:



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

19

- a) Executar as deliberações da câmara municipal, quando as mesmas disserem respeito a assuntos das áreas de gestão municipal sob a sua coordenação;-----
- b) Assegurar o cumprimento das deliberações da assembleia municipal, sempre que para a sua execução seja necessária a intervenção da câmara municipal, e que digam respeito a assuntos das áreas de gestão municipal que lhe compete coordenar;-----
- c) Promover os atos necessários com vista a assegurar o devido preenchimento e constante atualização do livro de manutenção dos equipamentos desportivos municipais, previsto no artº 9º do Anexo ao D.L. 100/2003, de 23 de maio;-----
- d) Efetuar e manter atualizado o registo das instalações desportivas disponíveis no concelho em sistema de informação disponibilizado pelo Instituto de Desporto de Portugal, I.P., de harmonia com o previsto no nº 3 do artº 13º do D.L. 141/2009, de 16 de junho;-----
- e) Enviar ao IDP, I.P., até ao final do 1º trimestre de cada ano, a lista dos alvarás de autorização de utilização de instalações desportivas emitidos;-----
- f) Conceder autorizações de utilização de edifícios, devendo comunicar a emissão das respetivas licenças à vereadora com competências nas áreas de gestão municipal da cultura e turismo, quando tais licenças disserem respeito a empreendimentos turísticos ou com interesse para aquelas atividades;-----
- g) Embargar e ordenar a demolição de quaisquer obras, construções ou edificações, efetuadas por particulares ou pessoas coletivas, nos seguintes casos:-----
- h) A competência para praticar os seguintes atos em **matéria de licenciamento e fiscalização de obras particulares**:-----
1. A competência para admitir ou rejeitar a comunicação prévia prevista no nº 4 do artº 4º do D.L. 555/99, de 16 de dezembro;-----
 2. Proferir despachos de autorização de emissão de certidões, nos casos em que as mesmas não devam ser emitidas independentemente de despacho;---
 3. Prorrogar o prazo para apresentação dos projetos de especialidades e outros estudos necessários à execução da obra, nos termos do nº 5 do artº 20º do D.L. 555/99;-----



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

20

4. Aprovar os pedidos de prorrogação do prazo para conclusão das obras, nos termos previstos no nº 4 do artº 53º e nº 6 do artº 58º, ambos do D.L. 555/99;-----
5. Determinar a realização de vistoria para a emissão de autorização de utilização de edifícios, nos termos previstos no nº 2 do artº 64º do D.L. 555/99;
6. Aprovar os pedidos de prorrogação do prazo para requerer a emissão do alvará de licença ou autorização de utilização, nos termos do nº 2 do artº 76º daquele diploma legal;-----
7. Proceder à liquidação das taxas devidas nos atos de licenciamento ou admissão de comunicação prévia ou autorização de utilização;-----
8. Ordenar a realização de vistorias e executar a fiscalização prevista no artº 93º do D.L. 555/99;-----
9. A competência para dirigir a instrução dos procedimentos relativos ao controlo prévio das operações urbanísticas;-----
 - i) As seguintes competências, em matéria de aproveitamento de massas minerais (pedreiras), conforme previsto no **D.L. 270/2001**, alterado e republicado pelo D.L. 340/2007;-----
 1. A competência prevista na alínea a) do nº 2 do artº 11º do referido diploma legal, para decidir sobre o pedido de atribuição da licença de exploração de pedreiras a céu aberto das classes 3 e 4, nos termos do procedimento previsto no nº 8 do artº 28º, e notificar o requerente para os efeitos previstos nos nºs. 1 e 3 do artº 29º, do mesmo decreto-lei;-----
 2. Declarar a revogação da licença de exploração, nos casos e nos termos previstos na lei.-----
 3. Autorizar a transmissão da licença de exploração, nos termos previstos no artº 37º do mesmo diploma legal.-----
 - j) Determinar a instrução dos processos de contra-ordenação e aplicar as coimas;-----
 - k) Conceder terrenos, nos cemitérios propriedade do município, para jazigos, mausoléus e sepulturas perpétuas;-----
 - l) Exercer as competências do presidente da câmara previstas no **Regulamento do Cartão "Jovem ConVida"** do município de Santo Tirso, aprovado pela assembleia municipal em 27 de fevereiro de 2012;-----



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

21

m) Exercer as competências previstas no **Sistema de Indústria Responsável (SIR)**, aprovado pelo D.L. 169/2012, de 1 de agosto, sempre que a câmara municipal seja a entidade coordenadora;-----

n) Autorizar o pagamento diferido da Taxa Municipal de Urbanização (TMU), nos casos e nos termos previstos no artº 11º do respetivo regulamento;-----

o) A competência para autorizar o pagamento dos preços devidos pela utilização das instalações desportivas em prestações, nas condições enunciadas no artº 18º do regulamento referido na alínea v) do ponto I do presente despacho;-----

p) Promover as diligências necessárias com vista à instituição, nos termos previstos na Lei 8/2009, de 18 de fevereiro, alterada e republicada pela Lei 6/2012, de 10 de fevereiro, do conselho municipal da juventude;-----

q) Exercer as seguintes competências, previstas no **Regulamento do Mercado Municipal de Santo Tirso**, aprovado pela assembleia municipal em 5/5/1995 e alterado por deliberações de 29/02/2000 e 17/12/2012:-----

1. Decidir qual o procedimento a adotar para adjudicação do direito de ocupação das lojas ou postos de venda do mercado municipal ;-----

2. Decidir sobre a utilização pretendida pelos interessados para as lojas ou locais do mercado municipal;-----

3. Proceder à adjudicação e atribuição dos espaços de venda, nos termos regulamentarmente previstos;-----

4. Autorizar a mudança de utilização, nos termos regulamentarmente previstos;-----

5. Autorizar a cedência do direito de ocupação para outro utilizador;-----

6. Analisar e decidir as informações que lhe forem encaminhadas pelos trabalhadores do município em serviço no mercado e feira semanal;-----

7. Proceder à liquidação das taxas devidas pela ocupação dos espaços de venda no mercado municipal;-----

8. Determinar a caducidade do direito de ocupação, nos termos legal e regulamentarmente previstos;-----

r) Exercer as seguintes competências, previstas no **Regulamento de funcionamento da feira municipal de Santo Tirso**, aprovado pela assembleia municipal em 22/10/2008:-----



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

22

[Handwritten signatures and initials]

1. Autorizar a realização da feira de Santo Tirso em dia que coincida com dia de feriado nacional;-----
 2. Decidir qual o dia de realização da feira, de harmonia com o previsto no nº 3 do artº 3º do referido regulamento;-----
 3. Analisar e decidir as informações que lhe forem encaminhadas pelo encarregado da feira;-----
 4. Decidir as sugestões ou reclamações apresentadas pelos feirantes, no que concerne à organização, disciplina e funcionamento da feira;-----
 5. Proceder à atribuição dos espaços de venda, nos termos regulamentarmente previstos;-----
 6. Proceder à liquidação das taxas devidas pela ocupação dos espaços de venda na feira;-----
 7. Determinar a suspensão do direito de ocupação dos espaços de venda, nos termos legal e regulamentarmente previstos;-----
 8. Decidir os pedidos de transferência do direito de ocupação dos espaços de venda;-----
 9. Autorizar ou determinar a alteração dos espaços de venda;-----
 10. Declarar a caducidade do direito de ocupação dos espaços de venda, nos casos e nos termos previstos no referido regulamento, com exceção da caducidade a título de sanção acessória, a aplicar no âmbito do respetivo processo de contra-ordenação.-----
- s) Competências previstas no Regulamento Municipal do Passeio das Margens do Ave e Parque Urbano da Rabada do concelho de Santo Tirso.-----
1. A competência para autorizar a prática de eventos desportivos, culturais ou outros nos espaços abrangidos pelo referido Regulamento, de harmonia com o previsto no nº 1 do artigo 9º;-----
 2. A competência para decidir os casos omissos previstos naquele Regulamento, ou as dúvidas de interpretação do mesmo, e que tenham a ver com a gestão desses espaços.-----
- t) Elaborar e manter atualizado o registo dos lugares de venda atribuídos, nos termos previstos no nº 1 do artº 24º do D.L. 42/2008, de 10 de março;-----
- u) Remeter à DGAE, nos termos legalmente previstos, a relação dos feirantes a operar nos recintos destinados à realização de feiras;-----

v) Assinar ou visar a correspondência da câmara municipal com destino a quaisquer entidades ou organismos públicos, quando a mesma correspondência disser respeito a assuntos das áreas de gestão municipal sob a sua coordenação;-----

w) Modificar ou revogar os atos praticados por trabalhadores ou prestadores de serviços afetos aos serviços da câmara municipal, sempre que tais atos digam respeito a assuntos das áreas de gestão municipal sob a sua coordenação;-----

x) A competência, nas respetivas áreas de gestão, para autorizar o pagamento de taxas ou outras receitas municipais em prestações, nas condições enunciadas no artº 18º do regulamento de liquidação, cobrança e pagamento de taxas e outras receitas municipais;-----

y) A competência para autorizar a prestação de trabalho extraordinário, bem como a competência para autorizar o respetivo pagamento, até aos limites legalmente previstos, de harmonia com o estipulado nos artigos 158º e seguintes do RCTFP, relativamente aos trabalhadores do município afetos às unidades orgânicas sob a sua coordenação;-----

z) A competência para autorizar as deslocações dos trabalhadores por motivos de serviço público, bem como para autorizar o correspondente pagamento de ajudas de custo e subsídio de transporte, nos termos previstos no D.L. 106/98, de 24 de abril, com as alterações subsequentes, e demais legislação aplicável, também relativamente aos trabalhadores do município afetos às unidades orgânicas sob a sua coordenação;-----

aa) Autorizar o fornecimento de bens ou serviços de economato solicitados por requisição interna, destinados à prossecução das atividades inerentes às áreas sob a sua coordenação, bem como autorizar a respetiva despesa, até ao limite de 500,00 € (quinhentos euros), por ato.-----

São considerados, entre outros, bens de economato: papel para fotocópia e impressão, material de encadernação, suportes digitais, consumíveis de impressão, arquivadores para processos, e outros materiais de escritório que não sejam considerados equipamentos de escritório (imobilizado).-----

bb) Visar os pedidos de fornecimento de bens e serviços não incluídos na alínea anterior, antes dos mesmos serem encaminhados para o vereador com competência delegada para a respetiva autorização.-----

7 24

Além das competências expressamente subdelegadas e delegadas, fica também delegada a competência para decidir os demais assuntos compreendidos nas áreas de gestão municipal sob a coordenação do aqui delegado, salvo quanto às matérias de competência indelegável da câmara municipal e àquelas que, nos termos do art.º 35º da referida Lei 75/2013, de 12 de setembro, e da deliberação da câmara municipal de 5 do corrente mês de março, são da minha competência própria ou delegada, respetivamente, e não foram expressamente delegadas ou subdelegadas.-----

O presente despacho republica o despacho de 17 do corrente mês de março, relativo à delegação de competências em matéria de contra-ordenações.-----

Ficam expressamente ratificados pelo presente despacho, todos os despachos eventualmente proferidos pelo identificado vereador no período compreendido entre o dia dezasseis de outubro último e a presente data, nas matérias cuja competência agora lhe é delegada.-----

Publicite-se nos termos legais, divulgue-se pelos serviços e remeta-se à próxima reunião da câmara municipal para conhecimento.-----

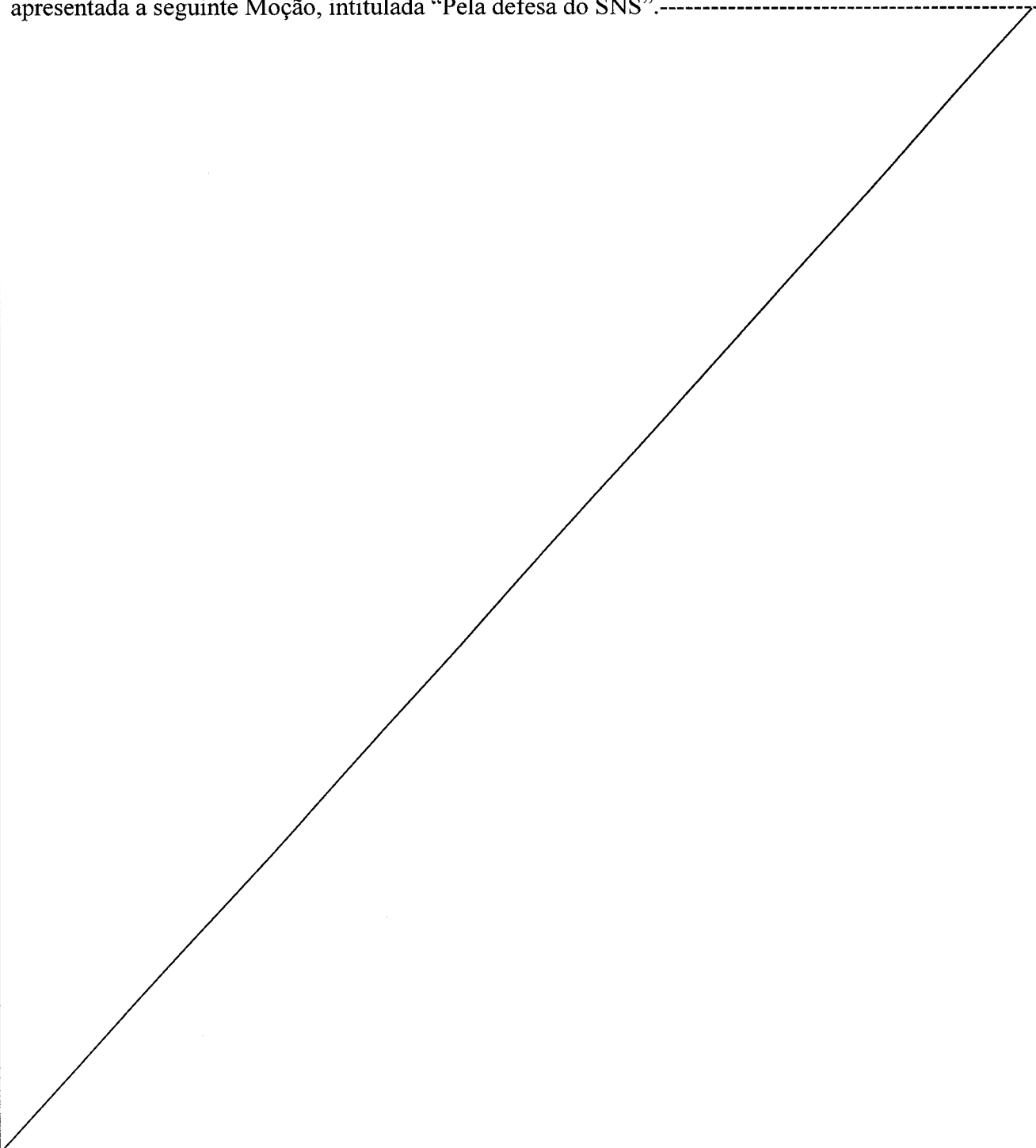
Santo Tirso, 02 de abril de 2014

O Presidente,



Dr. Joaquim Couto

c) Pelos senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Socialista foi apresentada a seguinte Moção, intitulada “Pela defesa do SNS”.-----



MOÇÃO **Pela defesa do SNS**



Com a Portaria (n.º 82/2014 de 10 de abril), o governo tem em vista, uma vez mais, o encerramento arbitrário de serviços hospitalares, nomeadamente o encerramento da maioria das maternidades do país, a diminuição acentuada da capacidade de resposta global do SNS, a criação de condições incontornáveis para uma rápida expansão das entidades privadas.

É inadmissível que um assunto desta enorme importância, como é o estabelecimento de critérios para categorizar os serviços e estabelecimentos dos serviços de Saúde, seja remetido para uma mera portaria.

Além do encerramento de múltiplas maternidades, o Governo pretende eliminar, no imediato, especialidades médicas dos hospitais públicos (endocrinologia e estomatologia), encerrar o Instituto Oftalmológico Gama Pinto, em Lisboa, e ainda eliminar os serviços de cirurgia cardiotorácica no Hospital de Gaia e do Hospital de Santa Cruz, ao mesmo tempo que mantém vultuosos contratos com entidades privadas nesta área.

Aliás prossegue a política cega do Governo no esvaziamento de valências nas unidades hospitalares, como é o caso do Hospital de Santo Tirso, não rentabilizando investimentos efectuados no nosso centro hospitalar.

A Câmara de Santo Tirso já reivindica há muito tempo a construção de um novo centro hospitalar, pois os concelhos de Santo Tirso, Trofa e Vila Nova de Famalicão representam hoje cerca de 250.000 habitantes e reúnem todas as condições para a construção de um novo espaço. Somos a favor da racionalização dos recursos e no nosso entender a construção do novo Centro Hospitalar permite sem dúvida tornar mais eficiente a prestação dos cuidados e ao mesmo tempo proporcionar às populações destes três municípios um serviço de saúde público com qualidade.

Defendemos que a saúde é um direito essencial e iremos lutar contra este, ou contra qualquer outro governo que atente contra os interesses da população de Santo Tirso apenas por factores económicos.

Considerando o atrás exposto, o executivo da Câmara Municipal de Santo Tirso, reunido em sessão ordinária a 29 de Abril de 2014, decide:

- 1 - Afirmar a necessidade de manter um SNS para todos os cidadãos, melhorando o acesso aos cuidados de saúde e lutando contra todas as tentativas camufladas de o querer dismantelar.
- 2 - Afirmar a necessidade de reformar o SNS e continuamente introduzir melhorias na sua organização de modo a prestar cuidados de saúde de qualidade.

3 - Exigir a imediata revogação da Portaria n.º 82/2014, de 10 de abril.

4 - Afirmar a necessidade de se efetuar uma verdadeira reforma hospitalar de uma forma racional, participada e transparente, sobretudo, no que respeita à gestão, à melhoria na qualidade assistencial e à organização dos cuidados, mantendo uma lógica de cobertura em redes de referênciação, e não apenas o encerramento de camas e serviços.

5 - Exigir que a reforma hospitalar e a reforma do SNS sejam feitas ouvindo as Autarquias, que estão sempre disponíveis para juntar esforços e criar sinergias ao serviço das populações que representam e servem.

6 - Manifestar a sua total confiança e agradecimento a todos quantos, com o seu esforço, têm conseguido manter níveis de atendimento com qualidade e segurança, vencendo as dificuldades impostas pelos cortes salariais, ultrapassando com ânimo e criatividade os cortes orçamentais e ajudando a vencer o desalento e o cansaço dos utentes que resulta das maiores dificuldades de acesso ao SNS em virtude de uma política nacional de transportes que dificulta e diminui o acesso aos serviços.

7 - Reafirmar a autonomia e insubstituível papel do Poder Local democrático no serviço público de qualidade às populações e no desenvolvimento de Portugal.

Sendo a principal obrigação da câmara a procura da defesa dos interesses das populações que representam e sendo este claramente um caso em que os interesses das populações estão colocados em causa, os edis eleitos nas listas do Partido Socialista apelam aos restantes membros do executivo, que votem favoravelmente esta moção.

A cópia desta Moção em caso de aprovação deverá ser enviada para:

A Sua Excelência o Presidente da República

A Sua Excelência o Primeiro-ministro.

A Sua Excelência o Ministro da Saúde.

A Sua Excelência o Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde.

A todos os Grupos Parlamentares com assento na Assembleia da República

A Administração Central do Sistema de Saúde, I.P

Os Vereadores da Câmara Municipal de Santo Tirso

Reunião : ORDINÁRIA

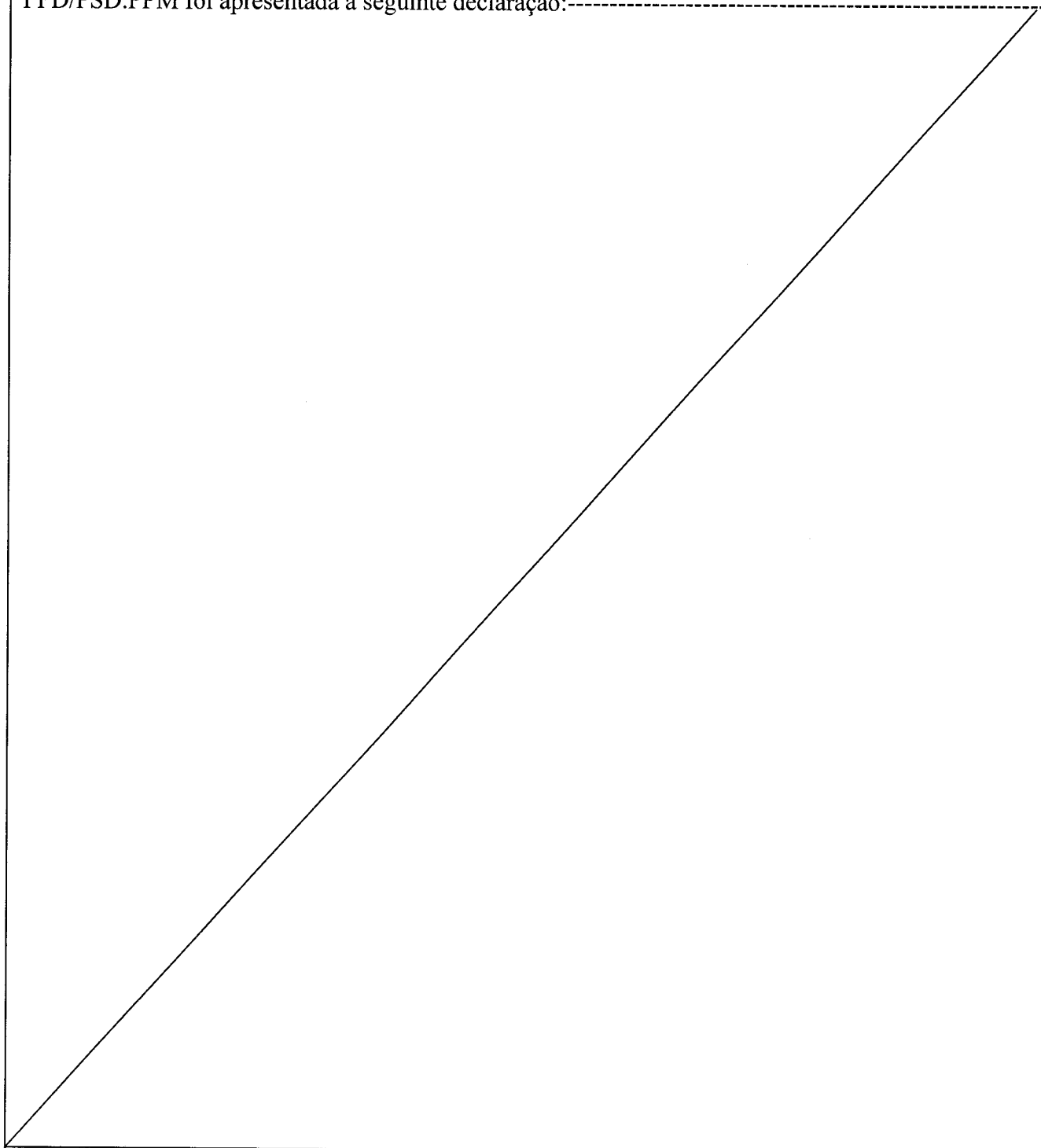


Câmara Municipal de Santo Tirso

Ata N.º 9 Fl. 28
29 de abril de 2014

A handwritten signature in the top right corner, with a large arrow pointing from the signature towards the left, towards the text of the document.

d) Pelos senhores vereadores eleitos enquanto inscritos na lista da coligação PPD/PSD.PPM foi apresentada a seguinte declaração:-----



Na reunião de 18 de fevereiro do ano em curso, os vereadores do PSD-PPM apresentaram uma proposta da reorganização da rede do TUST (Transportes Urbanos de Santo Tirso).

Nessa proposta defenderam, como aliás já o tinham feito em 2012 aquando da reorganização da rede do TUST, a inclusão na linha três do acesso à extensão do Centro de Saúde de Areias que na altura ainda estava em construção.

Passados três meses sobre a abertura dessa extensão do Centro de Saúde, que fica no interior da freguesia de Areias e que por essa razão não é servida de transportes públicos, o acesso àquele importante equipamento continua dificultado, nomeadamente, para os mais idosos e para aqueles que não têm transporte próprio.

Quando a maioria socialista escolheu o terreno para a implantação da extensão do Centro de Saúde de Areias, tinha plena consciência dos enormes constrangimentos em termos de acessibilidade que aquela opção iria representar. A maioria socialista e o atual executivo não ignoravam esta situação, mas nada fizeram para a resolver.

Trata-se de uma situação de enorme gravidade, já que uma parte muito significativa das populações servidas por aquela extensão de saúde, estão impedidas de aceder aos cuidados primários de saúde, o que em nada contribuiu para a coesão social, que a maioria socialista tanto propagandeou.

Além disso, a zona envolvente àquele equipamento continua sem luz, já que os postes de iluminação pública existentes no local continuam inoperacionais.

Também ainda não foram colocadas placas de orientação e identificação, nomeadamente nos acessos a partir da Estrada Nacional nº 204.

Os eventuais amuos do senhor presidente da câmara, pela suposta falta de articulação com a ARS, no que respeita à data de abertura daquele equipamento, não podem servir de desculpa à câmara, para fazer aquilo a que está obrigada, e muito menos continuar a penalizar as populações daquela zona do concelho.

Se a abertura daquele equipamento de saúde estivesse dependente da criação das condições que aqui sinalizamos, ainda hoje estava encerrada.

Os vereadores do PSD-PPM apelam, uma vez mais, à maioria socialista que resolva, com carácter de urgência, os problemas que há vários anos têm vindo a identificar.

Santo Tirso, 29 de abril de 2014





A

C

Seguidamente o senhor presidente colocou à votação a Moção referida na alínea c) do período de antes da ordem do dia.-----

A moção foi aprovada com quatro votos a favor, dos senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Socialista, e três votos contra dos senhores vereadores eleitos enquanto inscritos na lista da coligação do PPD/PSD.PPM, que no final da votação declararam que pretendiam emitir uma declaração de voto.-----

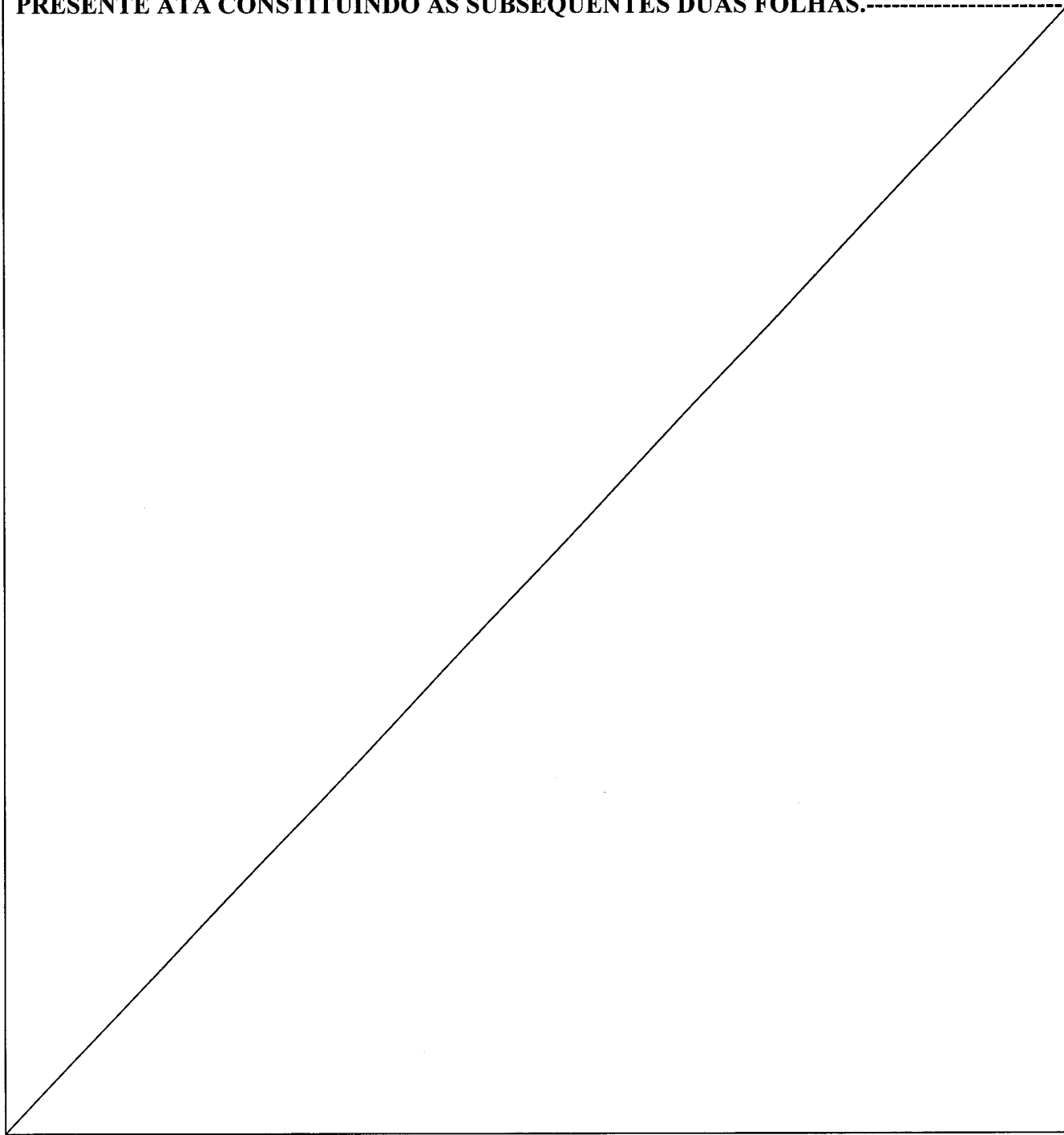
O senhor presidente, ao abrigo da sua competência prevista na alínea p) do n.º 1 do artigo 35º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, não permitiu que fosse feita qualquer declaração de voto, tendo declarado que em seu entendimento a votação das moções não admitem declarações de voto.-----

Os senhores vereadores eleitos enquanto inscritos na lista da referida coligação manifestaram-se contra este entendimento. Pelo que, o senhor presidente deu novamente a palavra aos senhores vereadores da mesma coligação, para que fizessem a declaração de voto, tendo estes declarado que queriam que ficasse registado na ata o seu protesto contra a decisão do senhor presidente, não tendo apresentado a mesma declaração.-----



[Handwritten signature]

LOGO DE SEGUIDA ENTROU-SE NA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DOS ASSUNTOS PREVIAMENTE INCLUÍDOS NA ORDEM DO DIA A QUAL SE ANEXA À PRESENTE ATA CONSTITUINDO AS SUBSEQUENTES DUAS FOLHAS.-----



ORDEM DO DIA

- 1 – Aprovação da ata da reunião ordinária de 15/04/2014
- 2 – Abertura de procedimento concursal para formação de contrato de prestação de serviços de recolha de resíduos urbanos e limpeza de vias e praças municipais: Pedido de autorização à assembleia municipal para assunção de compromissos plurianuais: Ratificação de despacho do presidente da câmara
- 3 – Empreitada: “Requalificação do Museu Abade Pedrosa – Museu Internacional de Escultura Contemporânea – 1ª fase”: Adjudicação: Ratificação de despacho do presidente
- 4 – Empreitada: “Requalificação do Museu Municipal Abade Pedrosa”: Decisão de Contratar
- 5 – “Programa Mimar” (Páscoa/2014): Proposta de atribuição de subsídio a diversas Associações de Pais
- 6- Abertura de Procedimento para a adjudicação de direito de ocupação, exploração e prestação de serviços no laboratório de confeção da Incubadora de Moda e Design da “Fábrica de Santo Thyrsó”
- 7 – Proposta de Parecer prévio genérico relativo à celebração de Contratos de aquisição de serviços: Retificação do parecer genérico aprovado por deliberação de 14/01/2014



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

33

8 – Pareceres prévios da câmara municipal relativos à celebração ou renovação de contratos de aquisição de serviços

- Proposta de celebração de contrato de prestação de serviços de assistência técnica e manutenção ao software SIGMA
- Celebração de contrato de prestação de serviços tendo por objeto a conceção e impressão de 15.000 exemplares de agenda (10 edições): Ratificação

Santo Tirso, 24 de abril de 2014.

O Presidente,

Dr. Joaquim Couto



1. APROVAÇÃO DA ATA DA ÚLTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA (15/04/2014).-----

Presente a ata da reunião ordinária realizada no dia quinze do corrente mês de abril, da qual se forneceu cópia a cada um dos senhores edis.-----

Após apreciação da referida ata, o senhor presidente propôs, nos termos do número dois do artigo 57º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, que a câmara deliberasse aprovar a aludida ata.-----

A ata foi aprovada por unanimidade (sete votos a favor).-----



2. ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA FORMAÇÃO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECOLHA DE RESÍDUOS URBANOS E LIMPEZA URBANA (VIAS E PRAÇAS MUNICIPAIS) : PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS: RATIFICAÇÃO DE DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA.-----

Presente informação de vinte e três do corrente mês de abril, do departamento administrativo e financeiro, registada com o número quatro mil trezentos e dez, a comunicar que se torna necessário proceder à abertura de procedimento concursal para formação de um contrato de prestação de serviços tendo por objeto a recolha de resíduos urbanos e limpeza urbana, e respetivos serviços conexos, de modo a garantir que o contrato a celebrar venha a produzir efeitos, físicos e financeiros, a partir do dia quatro de março de dois mil e quinze.-----

A estimativa do valor global do contrato a celebrar, para o período de vigência de dez anos, é de 15.811.620,90 € (quinze milhões oitocentos e onze mil seiscientos e vinte euros e noventa cêntimos), sem IVA incluído, de acordo com o anexo I do despacho do presidente da câmara de vinte e três do corrente mês de abril.-----

Do contrato resultarão encargos plurianuais nos anos de dois mil e quinze a dois mil e vinte e cinco, cuja repartição pelos diversos anos económicos é a que consta do anexo II do mesmo despacho.-----

A despesa a assumir com o contrato será satisfeita pela rubrica orçamental com a classificação económica 02022001, sendo que no Orçamento da Despesa para o ano em curso, aprovado pela assembleia municipal em sessão ordinária de vinte de dezembro último, já foi incluída a despesa com recolha de resíduos sólidos e as despesas resultantes do contrato a celebrar serão contempladas nos respetivos orçamentos anuais.-----

O cabimento orçamental e o registo no sistema de contabilidade, com a emissão dos respetivos documentos, dos compromissos inerentes a cada ano económico do contrato serão



efetuados no início de cada ano económico.-----

O senhor presidente submeteu à ratificação da câmara municipal o seu despacho de vinte e três do corrente mês de abril, do qual se anexa cópia à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo as subseqüentes seis folhas, pelo qual solicitou autorização à assembleia municipal para a abertura do referido procedimento concursal (concurso público internacional), cujo contrato a celebrar implica a assunção de compromissos plurianuais.-----

A câmara deliberou, com quatro votos a favor, ratificar o despacho anexo.-----

Votaram contra os senhores vereadores eleitos enquanto inscritos na lista da coligação PPD/PSD.PPM, que fizeram a seguinte declaração de voto:-----

“Os vereadores do Partido Social Democrata votaram contra a abertura de procedimento concursal para formação de contrato de prestação de serviços de recolha de resíduos urbanos e limpeza de vias e praças municipais por várias razões:-----

1º Registamos que um assunto que deveria ter sido discutido previamente em reunião da câmara tenha seguido o percurso inverso já que foi em primeiro lugar discutido e até aprovado na assembleia municipal e só depois é que venha a reunião da câmara. Em oito anos de eleito local, quatro como membro da assembleia municipal e quatro como vereador, é a primeira vez que uma situação como esta ocorre.-----

2º Somos manifestamente contra a duração do contrato. Na verdade, pretende-se que ao arrepio do CCP, nomeadamente no que respeita ao disposto no n.º 1 do artigo 440º, que refere que o prazo máximo de vigência dos contratos é de três anos, a maioria socialista pretenda dilatar este período para oito anos, com duas prorrogações sucessivas de um ano cada, até dez anos. Curiosamente existe já um Acórdão do Tribunal de Contas que relativamente a uma câmara, que não muito distante desta, recomendou que o prazo se circunscrevesse a três anos. Ou seja, corremos o risco, de num assunto desta importância, vermos esta decisão ser declarada nula pelo Tribunal de Contas.-----

3º A fundamentação – No despacho de vinte e três de abril, o senhor presidente defende a



dilatação do prazo com excessiva preocupação pelos interesses privados. Aquilo que nós queremos, e é a isso a que estamos obrigados enquanto eleitos, é defender o interesse público e deixar que seja o mercado, através das suas regras normais da concorrência, a funcionar. Por isso causa-nos perplexidade que o senhor presidente da câmara no seu despacho diga isto, que eu tenho que citar: *“(...) O adjudicatário terá que proceder a diversos investimentos, designadamente com a aquisição de equipamento (camiões de recolha e instalação de contentores) e contratação de pessoal, considera-se que o prazo de três anos é um prazo demasiado curto e inadequado para garantir, quer a estabilidade do contrato quer a amortização e a rentabilidade do investimento a efetuar (...)”*.-----

Nós consideramos que três anos é suficiente, por várias ordens de razão: Os opositores a concurso têm que ter as condições para se habilitarem ao concurso. Os lucros, as mais valias, só a eles diz respeito. Não se trata de um processo comercial, mas de um concurso. Na nossa opinião não devemos neste concurso cometer erros que todos sem exceção recordamos: Quando nos recordamos das PPPs, dos contratos Swaps, das concessões, e no plano local, nomeadamente o contrato com a Indaqua, onde hoje não temos poder de negociação, e nos contratos de arrendamento das Lojas do Cidadão, que se mostraram altamente penosos, para os portugueses em geral, no que se refere às PPPs e aos contratos swap, e para os cidadãos de Santo Tirso em particular, no que se refere aos outros dois contratos de âmbito local.-----

Manda a prudência que não se cometam os mesmos erros, e os contratos de períodos dilatados, começam por ter essa dificuldade de negociação adaptados à realidade e que os contratos sejam de três anos, defendendo o interesse público e observando aquilo que a própria lei determina.--

Face ao exposto, relativamente à “Abertura de procedimento concursal para formação de contrato de prestação de serviços de recolha de resíduos urbanos e limpeza de vias e praças municipais” não nos restou outra alternativa que não fosse chumbar este procedimento”.-----

Seguidamente, pelos senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Socialista foi feita a seguinte declaração de voto:-----



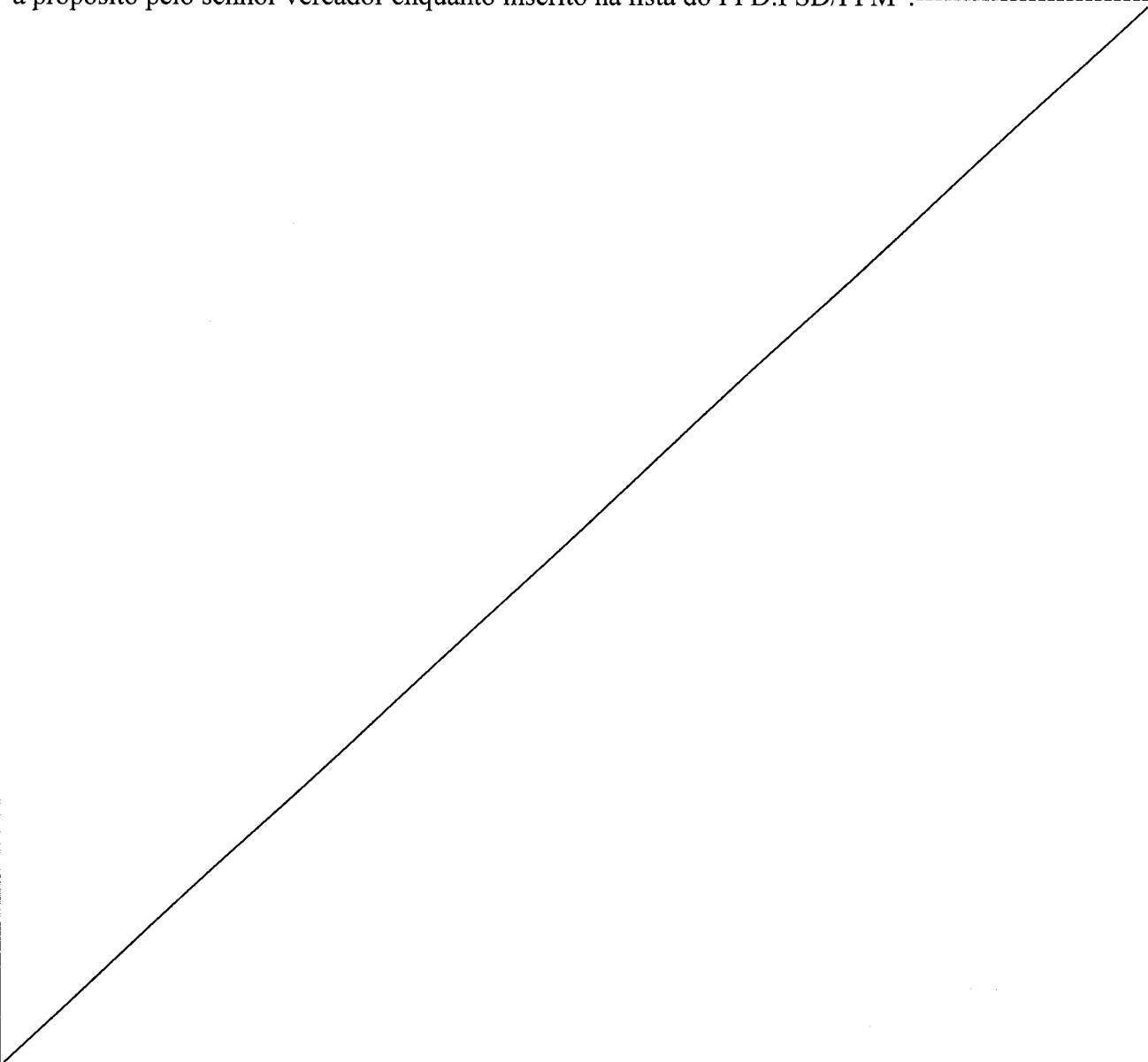
“Votamos favoravelmente pelos pressupostos expressos na proposta, nomeadamente:-----

1- O interesse público da prestação de serviços que esteve em apreciação;-----

2- A fundamentação jurídica do despacho e proposta referidos;-----

3- O cumprimento da legislação aplicável.-----

Finalmente rejeitamos e protestamos de modo veemente contra as insinuações proferidas a propósito pelo senhor vereador enquanto inscrito na lista do PPD.PSD/PPM”.-----



DESPACHO

39

A
7
7

Abertura de procedimento concursal para formação de contrato de prestação de serviços recolha de resíduos urbanos e limpeza de vias e praças municipais

Em 20 de julho de 1993 foi celebrado com a sociedade SERURB – Serviços Urbanos, Lda., um contrato de prestação de serviços tendo por objeto a recolha de resíduos sólidos urbanos no concelho de Santo Tirso.

Por escritura pública celebrada em 25 de julho de 2007 a referida sociedade SERURB – Serviços Urbanos, Lda. foi incorporada por fusão na sociedade SUMA – Serviços Urbanos e Meio Ambiente, S.A. que assumiu, a partir dessa data, todas as posições e relações jurídicas pertencentes à sociedade incorporada, designadamente a titularidade do referido contrato.

O período de vigência do referido contrato termina no dia 03 de março de 2015, pelo que se torna necessário proceder à abertura de um novo procedimento concursal.

Tendo em conta a escassez de recursos humanos para assegurar a limpeza urbana nas condições adequadas às necessidades do concelho de Santo Tirso, para além da recolha de resíduos urbanos, pretende-se incluir, também, no objeto do concurso a prestação de serviços de limpeza urbana.

O nº 1 do artigo 440º do CCP estabelece que *"o prazo de vigência do contrato não pode ser superior a três anos, incluindo quaisquer prorrogações expressas ou tácitas do prazo de execução das prestações que constituem o seu objeto, salvo se tal se revelar necessário ou conveniente em função da natureza das prestações objeto do contrato ou das condições da sua execução."*

Tendo em conta que para a prestação de serviços em causa, o adjudicatário terá de proceder a diversos investimentos, designadamente com a aquisição de equipamento (camiões de recolha e instalação de contentores) e contratação de pessoal, considera-se que o prazo de 3 anos é um prazo demasiado curto e inadequado para garantir, quer a estabilidade do contrato quer a amortização e a rentabilidade do investimento a efetuar, sob pena de serem incomportáveis os custos da prestação do serviço ao abrigo de um contrato com um prazo de vigência muito curto.

Atendendo a que se pretende incluir no objeto do contrato, os seguintes serviços:

a) Recolha e transporte de resíduos urbanos e respetivos serviços conexos, designadamente:

a).1 Instalação de novos contentores;

a).2 Lavagem, manutenção e substituição de contentores;

a).3 Recolha de resíduos verdes, monstros (resíduos volumosos) e resíduos elétricos e eletrónicos,

b) A limpeza das vias e praças municipais e respetivos serviços conexos, designadamente:

b).1 Lavagem de arruamentos e praças;

b).2 Limpeza superficial das sarjetas;

b).3 Despejo e limpeza das papeleiras;

b).4 Eliminação de ervas junto às vias e praças (por via manual, mecânica ou química);

b).5 Limpeza do recinto da feira nos dias de feira,

Considera-se que é razoável estabelecer-se como prazo do contrato o período de 8 anos prorrogável por períodos sucessivos de 1 ano até ao limite de 10 anos.

A fixação deste prazo não contraria o disposto na referida disposição legal, dado que a ratio da mesma aponta que os contratos devem ter a duração que a natureza do objeto justificar, não obstante a regra ser o máximo de 3 anos.

Segundo jurisprudência do Tribunal de Contas (Acórdão nº 3 de 14/02/2012), tem sido considerado aceitável a fixação do prazo proposto.

Pretende-se que o contrato tenha início no dia 04 de março 2015 e termo 04 de março de 2023, podendo ser prorrogado por mais 2 anos com termo em 04 de março de 2025.

A estimativa do valor total do mesmo, para o período de vigência de 10 anos, é de 15.811.620,90 € (quinze milhões oitocentos e onze mil seiscentos e vinte euros e noventa cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor,



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

41

correspondendo ao ano de 2015 o encargo anual de 1.399.844,88 € (um milhão trezentos e noventa e nove mil oitocentos e quarenta e quatro euros e oitenta e oito cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, e nos anos subsequentes o encargo anual de 1.581.162,09€ (um milhão quinhentos e oitenta e um mil cento e sessenta e dois euros e nove cêntimos), sujeito à atualização de preços com base no índice de preços no consumidor, com exclusão da habitação, fornecido pelo Instituto Nacional de Estatística (INE).

O valor total estimado do contrato resulta da estimativa do custo dos preços unitários de todos os serviços a prestar, conforme se demonstra no documento anexo ao presente despacho, constituindo o Anexo I.

A repartição dos encargos anuais durante a vigência do contrato é a que consta do documento anexo ao presente despacho, constituindo o Anexo II.

Face ao exposto e tendo em conta os seguintes considerandos:

Considerando que se impõe proceder à abertura de um novo procedimento para a formação de um contrato de prestação de serviços para recolha de resíduos urbanos e limpeza urbana;

Considerando que face ao valor do contrato o procedimento pré-contratual adequado à formação do contrato é o concurso público internacional;

Considerando a tramitação inerente à realização de um concurso desta natureza, designadamente o prazo fixado legalmente para apresentação das propostas, e considerando que o respetivo contrato apenas poderá produzir efeitos após o visto, expresso ou tácito, do Tribunal de Contas;

Considerando que é necessário dar início imediato à abertura do referido procedimento concursal, sob pena do mesmo não se encontrar concluído a tempo do contrato vigorar a partir do dia 04/03/2015;

Considerando que, nos termos do disposto na alínea c) do artigo 6º da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro, a autorização da assunção de compromissos plurianuais é da assembleia municipal, encontrando-se a próxima sessão já agendada para o dia 28 do corrente mês de abril;

Considerando que a competência para autorizar a abertura do procedimento é da câmara municipal e que a próxima reunião só se encontra agendada para o dia 29 de abril de 2014;



M.021GR



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

Considerando que não é possível reunir extraordinariamente a câmara municipal a tempo do assunto ser remetido, por esta, à sessão da assembleia municipal de 28 de abril;

Considerando que a sessão ordinária da assembleia municipal subsequente só ocorrerá no próximo mês de junho, o que iria atrasar o processo de concurso e pôr em causa o início da vigência do contrato na data pretendida;

Decido, ao abrigo do disposto no nº 3 do artigo 35º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, solicitar à assembleia municipal, em conformidade com o disposto na alínea c) do artigo 6º da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro, a autorização da assunção dos compromissos plurianuais com a celebração do referido contrato.

O cabimento e as respetivas declarações de compromisso inerentes a cada ano económico do contrato serão contemplados nos respetivos orçamentos anuais.

Santo Tirso e Paços do concelho, 23 de abril de 2014

O Presidente

Dr. Joaquim Couto

ANEXO I

VALOR ESTIMADO DO CONTRATO

Limpeza Urbana

Local	Descrição do tipo de serviço	Quantidades (km e un)	Frequência	Preço Unitário (€/km)	Preço Anual	Preço a 10 Anos
Santo Tirso	Varredura	7,742	6 vezes por semana	30	72.465,12 €	724.651,20 €
		11,925	3 vezes por semana	30	55.809,00 €	558.090,00 €
		9,575	1 vez por semana	30	14.937,00 €	149.370,00 €
	Lavagem de arruamentos	2,850	2 vezes por ano	125	712,50 €	7.125,00 €
Vila das Aves	Varredura da Feira	1	1 vez por semana	214	11.128,00 €	111.280,00 €
	Varredura	42,004	2 vezes por semana	30	131.052,48 €	1.310.524,80 €
		2,243	3 vezes por semana	30	10.497,24 €	104.972,40 €
	Lavagem de arruamentos	2,243	2 vezes por ano	125	560,75 €	5.607,50 €
Total					297.162,09 €	2.971.620,90 €

Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos

Artigo	Descrição	Quantidade Anual	Unidade	Preço Unitário Base	Preço Anual Base	Preço a 10 Anos
1º	Recolha e transporte de resíduos indiferenciados, incluindo a lavagem, manutenção, substituição e colocação de contentores, bem como instalação inicial dos contentores colectivos necessários.	28.000	Toneladas	45,00 €	1.260.000,00 €	12.600.000,00 €
2º	Recolha de objetos volumosos do tipo doméstico fora de uso e recolha de resíduos verdes provenientes da manutenção e limpeza de jardins públicos ou particulares.	48	Turno de 8 horas	500,00 €	24.000,00 €	240.000,00 €
Total					1.284.000,00 €	12.840.000,00 €

Valor total 1.581.162,09 € 15.811.620,90 €

ANEXO II

REPARTIÇÃO DOS ENCARGOS ANUAIS

DESCRIÇÃO DO TIPO DE SERVIÇO	Ano 2015	Preço anual (2016-2025)
LIMPEZA URBANA	246.182,82 €	297.162,09 €
RECOLHA DE RESÍDUOS URBANOS	1.153.702,06 €	1.284.000,00 €
TOTAL	1.399.884,88 €	1.581.162,09 €



3. EMPREITADA: "REQUALIFICAÇÃO DO MUSEU ABADE PEDROSA – MUSEU INTERNACIONAL DE ESCULTURA CONTEMPORÂNEA – 1ª FASE": DECISÃO DE ADJUDICAÇÃO: RATIFICAÇÃO DE DESPACHO DO PRESIDENTE.-----

Presente o processo de concurso público registado no Departamento de Obras Municipais com o número 48/2013, do qual consta o relatório final de análise das propostas, elaborado pelo júri do procedimento em trinta de dezembro último, do qual se anexa cópia à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo as subsequentes treze folhas, que aqui se dá por inteiramente transcrito para todos os efeitos legais.-----

A decisão de contratar foi tomada por deliberação da câmara municipal de vinte e três de setembro último.-----

No referido procedimento, e conforme consta do relatório acima referido, foram excluídos os seguintes concorrentes:-----

- Concorrente n.º 2 – QTCivil – Engenharia e Reabilitação S.A., - pelo facto da sua proposta não estar constituída pelos documentos exigidos no artigo 57º do CCP e programa de concurso;-----

- Concorrente n.º 3 – Olijafa II – Construção e Engenharia, Lda, com a mesma fundamentação;-----

- Concorrente n.º 23 – Valentim José Luis & Filhos, S.A., também com a mesma fundamentação;-----

- Concorrente n.º 32 – Edinorte – Edificações Nortinhas, S.A., pelo facto de ter um preço anormalmente baixo e o júri não considerar aceitáveis as justificações apresentadas;-----

- Concorrente n.º 34 – Vilacelos Construções, S.A., por ter apresentado a proposta para além do prazo admissível;-----

- Concorrente n.º 35 – Carlos José Fernandes & Cª Lda, com a mesma fundamentação.--

Em sede de audiência prévia apresentaram reclamação os concorrentes números 4, 5, 24,



25 e 32, J. Gomes – Sociedade de Construção do Cávado, S.A.; Gabinete Técnico de Ribeirão Lda; Construções Gabriel A.S. Couto S.A.; António Simões & Simões Lda. e Edinorte – Edificações Nortendas S. A., respetivamente.-----

O júri do procedimento após a análise dessas reclamações decidiu considerar as mesmas improcedentes e ordenou a classificação final dos concorrentes admitidos no concurso, nos seguintes termos:-----

1º- Concorrente n.º 12 – Cari Construtores, S.A., com proposta no valor de 1.998.556,10 € (um milhão novecentos e noventa e oito mil quinhentos e cinquenta e seis euros e dez cêntimos);---

2º- Concorrente n.º 5 – Gabinete Técnico de Ribeirão, Lda, com proposta no valor de 2.136.543,33 € (dois milhões cento e trinta e seis mil quinhentos e quarenta e três euros e trinta e três cêntimos);-----

3º- Concorrente n.º 7 – ANORTE – Construção e Engenharia, Lda, com proposta no valor de 2.141.959,33 € (dois milhões cento e quarenta e um mil novecentos e cinquenta e nove euros e trinta e três cêntimos);-----

4º- Concorrente n.º 20 – Ferreira Construções, S.A., com proposta no valor de 2.119.076,26 € (dois milhões cento e dezanove mil e setenta e seis euros e vinte e seis cêntimos);-----

5º- Concorrente n.º 18 – Telhabel Construções S.A., com proposta no valor de 2.126.230,80 € (dois milhões cento e vinte e seis mil duzentos e trinta euros e oitenta cêntimos);-----

6º- Concorrente n.º 27 – Construções Ar-Lindo S.A., com proposta no valor de 2.082.394,99 € (dois milhões oitenta e dois mil trezentos e noventa e quatro euros e noventa e nove cêntimos);-----

7º Concorrente n.º 28 – Arlindo Correia & Filhos, Lda, com proposta no valor de 2.139.076,70 € (dois milhões cento e trinta e nove mil setenta e seis euros e setenta cêntimos);-----

8º- Concorrente n.º 24 – Construções Gabriel A. S. Couto, S.A., com proposta no valor de 1.889.962,28 € (um milhão oitocentos e oitenta e nove mil novecentos e sessenta e dois euros e vinte



e oito cêntimos);-----

9º- Concorrente n.º 8 – Costa & Carreira, Lda, com proposta no valor de 1.761.592,66 € (um milhão setecentos e sessenta e um euros quinhentos e noventa e dois euros e sessenta e seis cêntimos);-----

10º- Concorrente n.º 6 – Alexandre Barbosa Borges, S.A., com proposta no valor de 2.138.804,04 € (dois milhões cento e trinta e oito mil oitocentos e quatro euros e quatro cêntimos);---

11º- Concorrente n.º 13 – Empripar – Obras Públicas e Privadas, S.A, com proposta no valor de 1.987.210,29 € (um milhão novecentos e oitenta e sete mil duzentos e dez euros e vinte e nove cêntimos);-----

12º- Concorrente n.º 33 – Costa & Carvalho, S.A., com proposta no valor de 2.099.999,56 € (dois milhões noventa e nove mil novecentos e noventa e nove euros e cinquenta e seis cêntimos);-----

13º- Concorrente n.º 4 – J. Gomes – Sociedade de Construção do Cávado, S.A., com proposta no valor de 1.943.008,00 € (um milhão novecentos e quarenta e três mil e oito euros);-----

14º- Concorrente n.º 11 – Encobarra – Engenharia e Construções, S.A., com proposta no valor de 2.139.069,33 € (dois milhões cento e trinta e nove mil sessenta e nove euros e trinta e três cêntimos);-----

15º- Concorrente n.º 14 – Consórcio formado pelas sociedades João Fernandes da Silva, S.A. / Construções Refoiense Lda., com proposta no valor de 1.886.958,61 € (um milhão oitocentos e oitenta e seis mil novecentos e cinquenta e oito euros e sessenta e um cêntimos);-----

16º- Concorrente n.º 31 – Teixeira, Pinto & Soares Lda, com proposta no valor de 1.851.820,03 € (um milhão oitocentos e cinquenta e um mil oitocentos e vinte euros e três cêntimos);-----

17º- Concorrente n.º 29 – Norasil – Sociedade de Construção Civil, Lda, com proposta no valor de 1.761.592,58 € (um milhão setecentos e sessenta e um mil quinhentos e noventa e dois euros



e cinquenta e oito cêntimos);-----

18º- Concorrente n.º 10 – Constructora San José, S.A., com proposta no valor de 2.038.646,89 € (dois milhões trinta e oito mil seiscentos e quarenta e seis euros e oitenta e nove cêntimos);-----

19º - Concorrente n.º 30 – Agostinho Malheiro Coelho – Construções, Lda, com proposta no valor de 2.013.265,58 € (dois milhões treze mil duzentos e sessenta e cinco euros e cinquenta e oito cêntimos);-----

20º - Concorrente n.º 16 – Befebal II, Lda, com proposta no valor de 2.163.059,06 € (dois milhões cento e sessenta e três mil cinquenta e nove euros e seis cêntimos);-----

21º - Concorrente n.º 15 – Britalar – Sociedade de Construções, Lda, com proposta no valor de 2.038.277,03 € (dois milhões trinta e oito mil duzentos e setenta e sete euros e três cêntimos);-----

22º - Concorrente n.º 26 – FFV – agrupamento das empresas Freitas Costa e Filhos S.A., Flosel, Instalações Eléctricas e Hidráulicas Lda e Vieira e Lopes Lda, com proposta no valor de 1.761.592,60 € (um milhão setecentos e sessenta e um mil quinhentos e noventa e dois euros e sessenta cêntimos);-----

23º - Concorrente n.º 21 – Habitâmega Construções, S.A., com proposta no valor de 1.761.592,57 € (um milhão setecentos e sessenta e um mil quinhentos e noventa e dois euros e cinquenta e sete cêntimos);-----

24º - Concorrente n.º 19 – Artur Silva Ribeiro, S.A., com proposta no valor de 1.898.764,72 € (um milhão oitocentos e noventa e oito mil setecentos e sessenta e quatro euros e setenta e dois cêntimos);-----

25º - Concorrente n.º 1 – Construções Capela Braga, Lda, com proposta no valor de 2.099.584,97 € (dois milhões noventa e nove mil quinhentos e oitenta e quatro euros e noventa e sete cêntimos);-----



26º - Concorrente n.º 9 – CIP Construção, S.A., com proposta no valor de 2.149.139,64 € (dois milhões cento e quarenta e nove mil cento e trinta e nove euros e sessenta e quatro cêntimos);---

27º - Concorrente n.º 17 – Ramalho Rosa Cobetar – Sociedade de Construções, S.A., com proposta no valor de 2.286.294,00 € (dois milhões duzentos e oitenta e seis mil duzentos e noventa e quatro euros);-----

28º - Concorrente n.º 22 – Obrecol – Obras e Construções, S.A., com proposta no valor de 2.389.659,54 € (dois milhões trezentos e oitenta e nove mil seiscentos e cinquenta e nove euros e cinquenta e quatro cêntimos);-----

29º - Concorrente n.º 25 – António Simões & Simões, Lda, com proposta no valor de 2.392.407,38 € (dois milhões trezentos e noventa e dois euros quatrocentos e sete euros e trinta e oito cêntimos);-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal, de harmonia com o disposto no n.º 4 do artigo 148º do Código dos Contratos Públicos, deliberasse aprovar todas as propostas contidas no relatório do júri do procedimento anexo, e submeteu à ratificação da câmara municipal o seu despacho de quinze do corrente mês de abril, do qual se junta cópia à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo as folhas sessenta e quatro a sessenta e seis da mesma, que decidiu adjudicar a empreitada em causa ao concorrente n.º 12 – Cari Construtores S.A., pelo preço de 1.998.556,10 € (um milhão novecentos e noventa e oito mil quinhentos e cinquenta e seis euros e dez cêntimos), acrescido de IVA, notificando-se a presente deliberação a todos os concorrentes, nos termos legalmente previstos.-----

O prazo de execução da obra é de setecentos e vinte dias, a contar da data da respetiva consignação, a qual apenas poderá ter lugar depois do respetivo contrato obter o visto ou declaração de conformidade do Tribunal de Contas, face ao disposto no n.º 4 do artigo 45º da Lei 98/97, de 26 de agosto, na redação introduzida pela Lei 61/2011, de 7 de dezembro.-----

As despesas decorrentes da presente empreitada serão satisfeitas pela rubrica orçamental



com a classificação económica 070115, na qual ficou cativa a importância de 527.559,23 € (quinhentos e vinte e sete mil quinhentos e cinquenta e nove mil e vinte e três centimos) conforme consta do aludido despacho.-----

O contrato a celebrar terá encargos em mais do que um ano económico, o que resulta já do Plano Plurianual de Investimentos aprovado pela assembleia municipal em vinte de dezembro de dois mil e treze (projeto/ação – 4/2007/72), e a autorização para a assunção de compromissos plurianuais da assembleia municipal consta de deliberação da mesma data.-----

A câmara deliberou, com sete votos a favor, aprovar a referida proposta e ratificar o despacho anexo do presidente da câmara.-----

**CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO TIRSO**

Empreitada:

“Requalificação do Museu Abade Pedrosa – Museu Internacional de Escultura Contemporânea – 1ª Fase”

Preço Base de Concurso: 2 516 560,82 €

Relatório Final

(nos termos previstos no artigo 148º do CCP)

Aos trinta dias do mês de Dezembro do ano dois mil e treze, reuniu o Júri do Concurso, nomeado por despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Santo Tirso do dia 19-09-2013 e retificado em reunião da Câmara em 23-09-2013, constituído pelo Eng.º Carlos António Nogueira Veloso (Presidente do Júri); Dr.ª Emília Cristina Campos Ramos Maia e Eng.º João Paulo Rosas Martins.

Após o prazo destinado a reclamação em sede de audiência prévia, vieram os concorrentes nº 4: J. Gomes - Sociedade de Construção do Cávado, S.A.; concorrente nº 5: Gabinete Técnico de Ribeirão, Lda; concorrente nº 24: Construções Gabriel A. S. Couto, S.A.; concorrente nº 25: António Simões & Simões, Lda; concorrente nº 32: Edinorte - Edificações Nortenhas, S.A. apresentarem reclamação no âmbito do presente procedimento concursal.

I. O Concorrente nº 4: J. Gomes – Sociedade de Construção do Cávado, S.A. reclamou relativamente à classificação atribuída no item B1.1., B1.2., B2.2. e B3.

O Júri ponderou as reclamações apresentadas pelo concorrente tendo deduzido as seguintes conclusões.

No planeamento, naquilo que concerne à “descrição do planeamento das tarefas”, o concorrente não foi capaz de reproduzir **todas** as tarefas do mapa de quantidades no plano de trabalhos, como era exigido para atingir a classificação de 40%. Ora, no entendimento do Júri, a análise de todas as tarefas da obra corresponde ao estudo de todos os itens do mapa de quantidades. No entanto, o concorrente apenas procedeu a um estudo parcelar das tarefas que não correspondia a todos os itens do mapa de quantidades. O nível de profundidade do estudo parcelar é comprovado por não se ter encontrado, por exemplo, o item 1.4.4. com título de “Lajes”, nem os sub-itens de 1.4.4.1. até 1.4.4.4., na proposta apresentada. Face ao exposto, o Júri considerou que o

Al.
João Paulo Rosas Martins

concorrente reunia as condições para garantir as exigências de “a proposta contempla o planeamento dos trabalhos, reproduzindo a maioria das tarefas da empreitada. É demonstrada uma articulação entre a programação (gráfico de Gantt) e a maioria das tarefas da empreitada”, cabendo nessas circunstâncias a atribuição da pontuação de 20%.

Na sequência da reclamação do concorrente, o Júri voltou a analisar a avaliação da “descrição do rendimento das tarefas”, tendo concluído que a análise dos rendimentos das tarefas inscritas no mapa de quantidades tinha sido parcial, como já se tinha verificado para a análise do plano de trabalhos atrás exemplificado. Assim, a conclusão óbvia para o Júri era a que o concorrente apenas tinha conseguido reunir as condições para cumprir: “não é apresentado, na totalidade, os valores dos rendimentos das tarefas”, colhendo daí uma pontuação de 5%.

Na “adequação da mão-de-obra e equipamento à obra” o concorrente não foi capaz de relacionar todos os itens do mapa de quantidades com os meios afectos à obra. Na proposta apresentada não foi encontrado nenhum gráfico de Gantt com a relação da mão-de-obra e equipamento a empregar nas diferentes tarefas da empreitada. Atente-se que o desenvolvimento do estudo foi igual ao aplicado para o planeamento dos trabalhos, já demonstrado. Assim, atendendo ao grau de desenvolvimento dos “meios afectos à obra”, o Júri entendeu que o concorrente apenas cumpria as exigências de “os meios de mão-de-obra (incluindo a equipa responsável pela orientação da obra) e o equipamento, estão ligeiramente relacionados com a programação (gráfico de Gantt). Os meios estão quantificados satisfatoriamente para as tarefas, no tempo e no espaço, para a execução da empreitada”, obtendo por isso a pontuação de 5%.

Em relação ao atributo B3 o Júri avaliou novamente a proposta do concorrente, deduzindo o seguinte.

Em resposta aos itens nº 45 e nº 46 da reclamação, esclarece-se que a nota técnica deve ser organizada de acordo com o anexo S na forma e no conteúdo, atendendo ao previsto naquele anexo S que contempla:

b) Gestão dos riscos abrangendo análise, avaliação e controlo dos riscos associados às diversas tarefas necessárias para executar a obra de acordo com o previsto no projeto. No âmbito do controlo de riscos deverão ser estabelecidas prioridades de intervenção em função dos resultados da avaliação; O conteúdo deve ser apresentado em forma de quadro, onde consta a informação essencial à avaliação da proposta.

Após análise dos elementos constantes na proposta do concorrente verificou-se que:

- O concorrente apresenta matéria que ultrapassa o essencial, por exemplo fichas de procedimento de segurança para atividades não relevantes na obra, nomeadamente, escritório e motoserra;
- A avaliação de riscos não é coerente com as fichas de segurança;
- A avaliação e controlo dos riscos apresentados oferecem dificuldade na leitura dos dados, uma vez que a valoração dos riscos é apresentada em páginas com diferentes referências para identificar as tarefas, exigindo que o avaliador se socorra dos quadros anteriores para associar os resultados. O mesmo acontece com as medidas preventivas que aparecem em fichas separadas do quadro da avaliação de riscos.

Ch. n.

Ch

Imatlin

Em resposta aos itens compreendidos entre o nº 47 ao nº 52 da reclamação, o Júri considerou que não foram avaliados estes conteúdos por se tratar de uma proposta que não organiza a nota técnica de acordo com o previsto e logo, à partida, não se situa em nenhuma outra percentagem acima dos 25%.

A resposta do Júri ao item nº 53 da reclamação considerou não ser exigido no programa de concurso.

Em suma, o Júri considerou a proposta demasiado extensa e por isso não ir de encontro ao pedido nos critérios acima da classificação com 25%, que contempla, e passa-se a transcrever o que está no programa de procedimento, “Organiza a nota técnica de acordo com o descrito no anexo S, apresentando toda e apenas a informação nele solicitada”.

II. O Concorrente nº 5: Gabinete Técnico de Ribeirão, Lda reclamou relativamente à classificação atribuída no item B1.2.

O “planeamento dos trabalhos” é avaliado pelos atributos contemplados pela “descrição e detalhe no planeamento das tarefas”; “descrição do rendimento das tarefas”; “adequação da memória descritiva à obra”. O melhor e mais adequado “planeamento dos trabalhos” depende do modo como se relacionam os diferentes atributos atrás mencionados. Assim, quando um deles falha ou é deficiente, os demais também acabam por sofrer desse vício. Posto isto, o Júri analisou o item B1.1., verificando que o concorrente apenas tinha apresentado o desenvolvimento do plano de trabalhos até ao item 2.13.45, quando a totalidade dos artigos tinha um alcance até ao item 5.8.6., evidenciando um estudo parcelar de todo o empreendimento, correspondendo portanto a uma pontuação de 2% para aquele atributo.

É do conhecimento geral daqueles que lidam com o processo de planeamento numa obra que a construção dum plano de trabalhos depende, antes de qualquer outra coisa, do correto dimensionamento das equipas que irão executar as tarefas e da concreta definição do seu rendimento. Ora, quando não é possível entender a “descrição e detalhe no planeamento das tarefas”, muito dificilmente será possível estabelecer rendimentos corretos para o melhor planeamento da obra. Como foi constatado, o planeamento apresentado sofreu numa falha que impediu a apresentação completa da “descrição e detalhe no planeamento das tarefas” e essa falha implicou, obviamente, com o estudo dos diferentes rendimentos e sua apresentação.

Assim, e seguindo o estabelecido anteriormente quanto à forma de interpretar os diversos elementos que constituem o “planeamento dos trabalhos”, constatou-se que o atributo B1.2., atendendo ao grau de desenvolvimento do planeamento da obra, só podia corresponder a: “não é apresentado, na totalidade, os valores dos rendimentos das tarefas da empreitada”, com pontuação de 5%.

III. O Concorrente nº 24: Construções Gabriel A. S. Couto, S.A. reclamou relativamente à falta de fundamentação e à classificação B1.1., B2.2. e B3. Solicitou que o concorrente nº 12: Cari construtores, S.A.; concorrente nº 7: Anorte – Construção e Engenharia, Lda; concorrente nº 18: Telhabel Construções, S.A. fossem excluídos. Reclamou ainda que a pontuação do concorrente nº 5: Gabinete Técnico de Ribeirão, Lda no item B2.1.1. fosse de 2% e que a pontuação do concorrente nº 28: Arlindo Correia & Filhos, S.A. no item B2.1.1. fosse de 2%.

Em relação à falta de fundamentação reclamada pelo concorrente, o Júri entende que o dever de fundamentação exige que o júri do procedimento revele ou exteriorize o seu

Col.
A
Fundam

raciocínio, de modo a que qualquer destinatário fique a conhecer porque motivos foi uma proposta escolhida ao invés de outra. Para o efeito, importa, por outro lado, ter presente que no domínio do concurso público, a decisão estará devidamente fundamentada se das atas e relatórios constarem, diretamente ou por remissão, as razões por que se decidiu em certo sentido, de modo a permitir a defesa posterior dos direitos e interesses legítimos dos destinatários.

No caso concreto, a fundamentação consta do relatório preliminar e de todos os documentos anexos, pelo que, salvo melhor opinião, o relatório mostra-se fundamentado, pois a proponente ficou a conhecer as razões da avaliação da sua proposta e das demais, até porque de forma muito exaustiva veio colocar em crise a avaliação efetuada pelo júri, revelando total conhecimento das razões que levaram o júri a atribuir a classificação a cada um dos proponentes. Caso não tivesse compreendido o “caminho” que o júri percorreu para atribuir a classificação a cada uma das propostas, não estaria em condições de delas reclamar. Pelo que, o Júri não aceita a alegada falta de fundamentação.

Quanto à reclamação da classificação:

O Júri do procedimento para atender à reclamação do concorrente procedeu à análise da matéria exposta. Perscrutou o conteúdo do programa de procedimentos e caderno de encargos no que respeita à habilitação e constituição da equipa responsável pela orientação da obra. Dessa apreciação dos elementos patenteados no concurso foi possível concluir que “durante a execução do contrato, o empreiteiro é representado por um diretor de obra, salvo nas matérias em que, em virtude da lei ou da estipulação diversa no caderno de encargos ou no contrato, se estabeleça diferente mecanismo de representação”, e ainda se soube que “o empreiteiro obriga-se, sob reserva de aceitação pelo dono da obra, a confiar a sua representação a um técnico com a seguinte qualificação mínima: Engenheiro Técnico Civil”, conforme descrito no caderno de encargos. É ainda exigido, no programa de procedimento, na alínea f) do item 9.1. os certificados de **habilitação profissionais** dos elementos nomeados como responsáveis pela orientação da obra. Do entendimento do Júri discorreu que o elemento da equipa responsável pela orientação técnica da obra, habilitado enquanto engenheiro técnico, no mínimo, para esse efeito, seria o Diretor Técnico da empreitada. O “representante permanente em obra” corresponde, na maioria das vezes, ao encarregado que está a conduzir os trabalhos no local sob a orientação do Diretor Técnico nomeado para esse efeito, não sendo exigida qualquer habilitação profissional específica, como se pode concluir pela leitura integral do programa de procedimento e do caderno de encargos. Na equipa nomeada para a orientação da obra existe também um Técnico de segurança, higiene e saúde do trabalho que terá de possuir a habilitação profissional correspondente ao CAP (certificado de aptidão profissional) respetivo.

Posto isto, o Júri avaliou novamente os documentos relativos às habilitações dos elementos responsáveis pela orientação da obra, nomeadamente do concorrente nº 12: Cari Construtores, S.A.; concorrente nº 5: Gabinete Técnico de Ribeirão, Lda; concorrente nº 7: Anorte – Construção e Engenharia, Lda; concorrente nº 18: Telhabel Construções, S.A.; concorrente nº 28: Arlindo Correia & Filhos, S.A..

Dessa apreciação ficou concluído que o Diretor Técnico do concorrente nº 12 – Cari Construtores, S.A. – Rui Pedro Gonçalves Alves, possuía a habilitação profissional de engenheiro técnico emitida pela ONET (Ordem dos Engenheiros Técnicos). No nº 23 da sua reclamação, a proponente invoca que a Cari Construtores, S.A., relativamente ao representante permanente, apresentou uma declaração da ANET caducada. Tem razão,

Alm.
pe
Imanlin

mas, a Cari, além desse certificado, apresentou um certificado de aptidão profissional homologado pelo IDICT sob o nº 691/2005 e o curriculum do representante.

Como resulta do programa de procedimento e do caderno de encargos, não é exigida qualquer habilitação profissional específica para o representante permanente em obra. Em concreto não é exigida a habilitação de engenheiro civil, pelo que, o júri considerou que a proponente Cari apresentou documentos de habilitação profissional suficientes, nomeadamente, os documentos acima enunciados (certificado de aptidão profissional e o curriculum).

Os documentos do concorrente nº 5 – Gabinete Técnico de Ribeirão, Lda – habilitam o Diretor Técnico e o Técnico de Segurança, higiene e saúde no trabalho com a respetiva documentação para o efeito: certidão da OE (Ordem dos Engenheiros) e CAP, respetivamente. Ora, como é do conhecimento geral, não é possível a admissão de membro à OE ou OET sem que para tal se possuam as necessárias habilitações académicas. Tanto mais que na alínea f) do item 9.1 do programa de procedimento é exigido o certificado de habilitações profissionais e não de habilitações literárias. Assim, considera-se que será suficiente comprovar a regular inscrição na ordem profissional para o Diretor Técnico, enquanto que basta que possua o CAP atualizado, quando se trata do Técnico de Segurança, higiene e saúde no trabalho (TSHST).

A apreciação da documentação do concorrente nº 7 – Anorte – Construção e Engenharia, Lda – em harmonia com a reclamação apresentada pelo concorrente nº 24 – Gabriel A. S. Couto, S.A. – conduziu a igual conclusão à anteriormente exposta: o Diretor Técnico da obra possui a habilitação profissional exigida como membro da OE. Seguiu-se a avaliação das habilitações da equipa responsável pela orientação da obra do concorrente nº 18 – Telhabel Construções, S.A. – e confirmou-se novamente o que já havia sido confirmado em ocasiões anteriores: o Diretor Técnico e o TSHST estavam profissionalmente habilitados para desempenharem aquelas funções no âmbito da empreitada. Além disso, o programa de procedimentos e caderno de encargos não impõe qualquer formação profissional específica para o representante permanente na obra. O representante permanente na obra indicado pela “Telhabel” juntou certificado de habilitações profissionais, pelo que a reclamante não tem qualquer razão. Aliás confunde o Representante permanente da obra do empreiteiro, com as funções de Diretor da Obra.

Por fim, foram analisados os elementos documentais do concorrente nº 28 – Arlindo Correia & Filhos, S.A. – e as conclusões foram que tanto o Diretor Técnico como o TSHST estavam habilitados profissionalmente para as funções para que tinham sido nomeados. Não se entende a reclamação apresentada porque não era exigida a indicação de Técnico de qualidade/ambiente e por conseguinte não era exigido a apresentação de certificado de inscrição na ONET ou na OE, pelo que carece de qualquer fundamento o invocado no item nº 47 e nº 48 da reclamação.

Desta forma, o Júri decidiu manter, para o item B2.1.1. todas as pontuações que já haviam sido atribuídas aos concorrentes.

O Júri debruçou-se sobre a análise dos elementos correspondentes ao atributo B1.1.: “descrição e detalhe no planeamento das tarefas”, tendo verificado que a transcrição das diferentes tarefas do articulado do mapa de quantidades não tinha sido integral e completa. Foram observados, a título de exemplo os itens 1.6.4., 2.11.2.1. e 2.12.6.1., alterados devido às reclamações de erros e omissões, e verificou-se que não estavam integralmente transcritos. E estas eram tarefas que tinham toda a pertinência de serem claramente referidas e explícitas para entender se o concorrente tinha tido em conta as

Obry
A
Amalim

alterações decorrentes dos erros e omissões reclamadas. Ora, pelo entendimento do Júri, o concorrente apenas cumpre os requisitos para “a proposta contempla o planeamento dos trabalhos, reproduzindo a maioria das tarefas da empreitada. É demonstrada uma articulação entre a programação (gráfico de Gantt) e a maioria das tarefas da empreitada” porque para a articulação ser completa deveria a transcrição das tarefas também ser completa, e tal não sucedeu na proposta apresentada pelo concorrente nº 24 – Construções Gabriel A. S. Couto, S.A. –, sendo a corresponde pontuação de 20%.

De seguida, o Júri analisou os elementos do atributo B2.2.. Imediatamente foi detectado que o concorrente não tinha desenvolvido o trabalho de relacionar o gráfico de Gantt com os meios a afectar à obra, apesar de ter realizado um aprofundado estudo sobre a quantidade de meios a afectar à obra nas diversas tarefas. O cumprimento integral dos requisitos exigidos pelo programa de procedimento deveria contemplar um gráfico de Gantt onde estivessem representados os meios a afectar à obra, quer de mão-de-obra, quer de equipamento. Ora esse documento não é encontrado na proposta do concorrente e considerou-se não existir sequer. Apesar de tudo, o Júri considerou que o desenvolvimento do atributo B2, “Meios afectos à obra”, era suficiente para garantir que o objetivo de “os meios de mão-de-obra (incluindo a equipa responsável pela orientação da obra) e o equipamento estão globalmente relacionados com a programação (gráfico de Gantt). Os meios estão quantificados maioritariamente nas tarefas, quer no tempo e espaço, para a execução da empreitada”. Por tudo isto, o Júri considerou que deveria manter a pontuação para o atributo B2.2. de 30%.

O Júri avaliou o atributo B3 atendendo à reclamação da empresa, e deduziu as seguintes conclusões.

Em resposta ao nº 59 da reclamação, concluiu-se que a Exponente se referiu ao Júri em tom satírico, o que se considerou desprovido e desadequado.

A resposta ao item nº 60 da reclamação, a atitude do Júri na avaliação das propostas pautou-se, naturalmente, por critérios de justiça, coerência e equilíbrio. Nestas situações foi necessária a discricionariedade na avaliação necessária para o efeito, tendo o Júri sido fiel e atento aos seus critérios.

Na resposta ao item nº 6, o Júri considera que as questões suscitadas foram respondidas no item anterior.

A resposta ao item nº 62 da reclamação, o Júri considera que a avaliação atribuída à Expoente de 25%, resulta do enquadramento da sua proposta nos critérios de avaliação expostos no programa de concurso (página 10): “Não organiza a nota técnica de acordo com o descrito no anexo S. Apresenta parte da gestão de riscos e/ou oferece dificuldades na leitura dos dados”. Os escalões com classificação superior (50%, 75% e 100%) pressupõem que a nota técnica deva ser organizada “de acordo com o descrito no anexo S, apresentando toda e apenas a informação nele solicitada”.

Respondendo ao item nº 63 da reclamação, entende-se que independentemente do interesse da informação apresentada neste ponto, a avaliação enquadra-se neste escalão com classificação de 25%, pelas razões expostas no item seguinte.

A resposta ao item nº 64, conduz a que se entenda que a parte mais relevante prende-se com o último tópico: a inclusão de um conjunto de informações “complementares” que extravasam de forma significativa o que é solicitado no anexo S. O facto de ser informação excedente – e de o ser de forma significativa – dificulta determinantemente a análise do documento e remete, objetivamente, ao escalão da avaliação atribuída.

M. C. B.

Jurados

Respondendo ao item nº 65 da reclamação, o Júri considera que o cumprimento dos requisitos da alínea que é implicitamente referida neste ponto é irrelevante para a avaliação, como resulta da articulação do que é exposto quanto aos itens nº 62 e nº 64.

A apreciação do reclamado no item nº 66, nº 67 e nº 68, considera-se já esclarecido quando das justificações para o item nº 65.

A reclamação expressa no item nº 69, o Júri considera que a Exponente não compreende a sua avaliação comparativamente com outros concorrentes porque ainda não percebeu que: independentemente da diferença de conteúdos apresentados, a avaliação situar-se-á no escalão dos 25% se não for apresentada “toda e apenas a informação solicitada”.

Em resposta ao item nº 70 da reclamação, é necessário distinguir situações em que é apresentada alguma informação adicional (neste caso a avaliação depende do conteúdo apresentado) de situações em que a quantidade da informação apresentada extravasa significativamente o que é requerido, pondo em causa a concisão da informação e dificultando determinadamente a sua análise (neste caso, de acordo com os critérios de avaliação do programa de concurso e conforme exposto acima, a avaliação não ultrapassa os 25%).

Os esclarecimentos ao reclamado no item nº 71 ao item nº 83, o Júri consideram que os mesmos já mereceram atenção aquando da resposta ao item nº 69.

A resposta ao reclamado no nº 84, o Júri considera que o mesmo já mereceu atenção durante os esclarecimentos ao item nº 62 e nº 64

Posto isto, o Júri considera que a classificação para o atributo B3 não reúne condições suficientes para que seja classificado doutra forma que não seja a de atribuir a pontuação de 25%.

IV. O Concorrente nº 25: António Simões & Simões, Lda reclamou relativamente à classificação atribuída no item B1.1. e B2.1.

Atendendo à reclamação do concorrente, o Júri analisou o desenvolvimento do planeamento da obra no atributo da “descrição e detalhe no planeamento das tarefas”, tendo concluído que não existia uma completa relação entre os itens do mapa de quantidades e o planeamento dado pelo gráfico de Gantt. Ao analisar o conteúdo ficou claro que o concorrente não teve o cuidado de verificar que a descrição das tarefas fosse integral e completa. E isso é facilmente confirmado através da observação do plano de trabalhos no detalhe da descrição dos trabalhos a executar, nomeadamente e por exemplo nos itens 1.6.1. até ao 1.6.13.. Assim, o trabalho desenvolvido, conforme conclusão do Júri, corresponde “a proposta contempla o planeamento dos trabalhos, reproduzindo a maioria das tarefas da empreitada. É demonstrada uma articulação entre a programação (gráfico de Gantt) e a maioria das tarefas da empreitada”, pelo que a pontuação devida é de 20%.

Na avaliação da “equipa responsável pela orientação da obra” o concorrente não apresenta o certificado de habilitação profissional do Diretor Técnico, correspondendo portanto a que “os elementos escolhidos para a equipa responsável pela orientação da obra não possuem habilitações profissionais e académicas adequadas à empreitada e não possuem documentalmente a justificação das habilitações”, tendo o Júri decidido manter a pontuação de 2% para aquele atributo.

Col.
A

Imarlim

V. O concorrente nº 32: Edinorte – Edificações Nortenhass, S.A. reclamou relativamente ao facto de ter sido excluído por ter apresentado um preço considerado “anormalmente baixo”, não se conformando com a decisão de exclusão da sua proposta.

A proposta foi excluída devido a ter apresentado um preço anormalmente baixo e o júri não ter aceiteado o esclarecimento justificativo apresentado.

Diz a proponente no nº 2 da sua reclamação que as justificações apresentadas são absolutamente idênticas a tantas outras normalmente apresentadas pelos concorrentes a empreitadas de obras públicas.

Se bem percebemos o argumento, a proponente limitou-se a repetir ou a copiar as justificações apresentadas, quer por si quer por outros empreiteiros, em outros concursos e para outras empreitadas.

Com o devido respeito, trata-se de um não argumento, uma vez que, o júri acha inconcebível que a justificação do preço anormalmente baixo apresentado para uma empreitada possa ser usada para outra empreitada. Como todos sabemos, cada empreitada tem as suas especificidades e não se concebe que as justificações do preço anormalmente baixo possam ser as mesmas de empreitada para empreitada e ou de empreiteiro para empreiteiro. Só, assim, se percebe agora que as justificações apresentadas sejam vagas e genéricas, pois não passam de “frases feitas” sem qualquer contido fatual.

No nº 3 da sua reclamação, a proponente invoca que já realizou uma boa parte das obras do concelho, pelo que não pode deixar de existir algum conhecimento sobre a seriedade e firmeza da proposta. A regra do precedente ou o “curriculum” não justificam o preço anormalmente baixo, pelo que, também não pode colher esse argumento.

A proponente invoca ainda a violação das Diretivas comunitárias aplicáveis, designadamente o artigo 55º da diretiva 2004/18/CE, de 31 de Março de 2004.

Tal artigo tem o seguinte teor:

Artigo 55º

Propostas anormalmente baixas

1. Se, para um determinado contrato, houver propostas que se revelem anormalmente baixas em relação à prestação em causa, antes de as poder rejeitar, a entidade adjudicante solicitará por escrito os esclarecimentos que considere oportunos sobre os elementos constitutivos da proposta.

Esses esclarecimentos referir-se-ão, designadamente:

a) À economia do processo de construção, do processo de fabrico dos produtos ou da prestação dos serviços;

b) Às soluções técnicas escolhidas e/ou às condições excecionalmente favoráveis de que o proponente disponha para a execução das obras, para o fornecimento dos produtos ou

para a prestação dos serviços;

c) À originalidade das obras, dos produtos ou dos serviços propostos pelo proponente;

d) Ao respeito das condições relativas à proteção e às condições de trabalho em vigor no local de execução das prestações;

e) À possibilidade de obtenção de um auxílio estatal pelo proponente.

2. A entidade adjudicante verificará os referidos elementos, consultando o proponente e tendo em conta as justificações fornecidas.

3. Quando a entidade adjudicante verificar que uma proposta é anormalmente baixa por o proponente ter obtido um auxílio estatal, a proposta só poderá ser rejeitada unicamente com esse fundamento se, uma vez consultado, o proponente não puder

Celn.
M
Imatius

provar, num prazo suficiente fixado pela entidade adjudicante, que o auxílio em questão foi legalmente concedido. Quando a entidade adjudicante rejeitar uma proposta nestas circunstâncias deve informar do facto a Comissão.

O Código Contratos Públicos procedeu à transposição de tal diretiva – vide artigo 1º - e ao artigo 55º da diretiva corresponde o artigo 71º, nº 3 do CCP. Este artigo tem de ser conciliado com o disposto no artigo 57º, nº 1, al d) do mesmo Código, que impõe que a nota justificativa do preço anormalmente baixo tem de integrar a própria proposta. Portanto, a obrigação de pedir esclarecimentos antes da exclusão da proposta, terá apenas aplicação nos casos em que o programa de procedimento não estabeleça o valor abaixo do qual o preço é anormalmente baixo, o que não é seguramente o caso presente, pois o programa de procedimento fixa tal valor.

Neste sentido, Jorge Andrade da Silva, in Código dos Contratos Públicos 2008, pag. 274: “Dispõe o nº3 que uma proposta de preço anormalmente baixo não pode ser excluída sem antes ter sido solicitado ao proponente esclarecimentos sobre os elementos constitutivos da proposta, isto é, das razões justificativas do preço anormalmente baixo. Só que, por força da alínea a) do nº 1 do artigo 57º, essa nota justificativa do preço tem que integrar a própria proposta. Portanto, a disposição daquele nº 3 terá apenas aplicação nos casos em que não tenha sido fixado o preço base ...”.

Daqui resulta claramente que o júri não estava obrigado a pedir esclarecimentos antes da decisão de exclusão da proposta, pois, a proponente apresentou a nota justificativa com a proposta. É certo que o júri poderia pedir esclarecimentos, caso assim o entendesse e desde que tivesse dúvidas.

Sucede que, o júri não teve quaisquer dúvidas, pois concluiu que a proponente não justificou o preço apresentado.

Salvo melhor opinião, o documento apresentado denominado por “esclarecimento justificativo da apresentação de um preço anormalmente baixo” é genérico e vago, não justificando o preço apresentado e consequentemente não dá garantias da execução da obra pelo preço apresentado.

De acordo com esse documento, a concorrente justificou o preço com base em 10 pressupostos (expressão utilizada pela proponente). Bastaria analisar só o pressuposto número 1 para concluir, sem margens para dúvidas, que a proponente não tem qualquer justificação para o preço apresentado.

Diz a proponente que vai elaborar um estudo rigoroso do processo do concurso com o firme propósito de se encontrarem os materiais, equipamentos e soluções técnicas mais adequadas ao projeto em questão. Em caso de adjudicação, será de imediato desenvolvido um processo de preparação detalhada dos projetos, para que se atinja o objetivo definido.

Este argumento não passa de um processo de intenções, pois ainda vai elaborar um estudo do processo do concurso com o propósito de encontrar os materiais, os equipamentos e soluções técnicas mais adequadas. Com o devido respeito, não se concebe como se pode apresentar um preço sem previamente ter elaborado o estudo e sem saber quais os materiais, os equipamentos e soluções e técnicas que lhe permitem executar a obra pelo preço apresentado. Se a concorrente ainda não encontrou os materiais, os equipamentos e as soluções técnicas mais adequadas, não sabe o preço. Com o devido respeito, a proponente “andou com o carro à frente dos bois”. Não se pode apresentar um preço anormalmente baixo e dizer ainda, que com a adjudicação, vai

CP,
ML
Imatim

procurar os materiais, equipamentos e soluções técnicas mais adequadas para que se atinja o objetivo definido, ou seja, o preço apresentado.

Face ao exposto, bastaria o primeiro dos pressupostos apresentados pela proponente para que o Júri tivesse concluído pela inexistência de justificações.

Mas, analisados os demais pressupostos, concluiu o Júri que são vagos e genéricos e de forma alguma justificam o preço apresentado.

No pressuposto nº 2, a proponente invocou a sua localização e a execução de obras em local próxima da obra a concurso, o que lhe permitiria “otimizações concretas na gestão desta empreitada”.

Conforme o já dito, o júri entendeu que se tratava de uma generalidade e sem qualquer conteúdo justificativo do preço, pois a proponente não concretiza as otimizações que conseguirá na gestão da empreitada e suas implicações no preço.

Agora, no nº 14 da sua reclamação, pergunta se “seria necessário alegar que a sede da empresa e a respetivo estaleiro principal, se situa a poucos quilómetros do local da obra a executar o que permite reduzir os custos nos preços unitários e otimizações no processo de formação dos preços?”.

A resposta a esta pergunta é: seria necessário alegar mais fatos, ou seja, seria necessário concretizar a redução dos custos e as otimizações no processo de formação dos preços.

No pressuposto nº 3, a proponente invoca grande experiência na execução de obras desta natureza. Mas, isto não justifica o preço apresentado. Trata-se de uma generalidade.

Pergunta agora no nº 15 da sua reclamação “se seria necessário dizer que a experiência anterior na execução de obras de idêntica natureza, permite ao concorrente ter já um *know how* diferente na execução específica de projetos da natureza da obra posta a concurso?”

Com o devido respeito, a proponente é contraditória, pois que, no nº 7 da sua reclamação diz que se trata de uma “obra de construção civil absolutamente normal, sob o ponto de vista de grau de exigência e dificuldade técnica” e depois diz que possui um *know how* diferente – não se compreende.

Em todo o caso, trata-se de mais uma generalidade, pois não concretiza qual o *know how* diferente que possui e que implicações teria no preço.

Na sua reclamação, invoca ainda a proponente o prejuízo para o erário público. Também não colhe este argumento, dado que, o critério de adjudicação consiste na proposta economicamente mais vantajosa e não no preço mais baixo. No caso, o preço apresentado é anormalmente baixo e a proponente não deu garantias que conseguia executar a obra por aquele preço. E, como popularmente é dito “o barato às vezes sai caro”.

Face ao exposto:

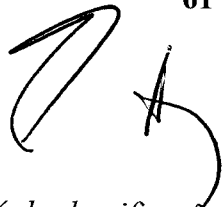
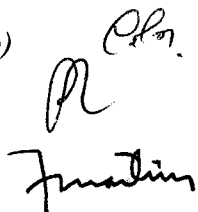
Assim, tem de se improceder a reclamação apresentada, mantendo o júri a decisão de exclusão.

Assim, depois de apreciadas todas as reclamações pelos concorrentes, o Júri deliberou não aceitá-las e o resultado da avaliação hierarquiza-se da seguinte forma, considerando os valores das suas propostas:

1º - Concorrente nº 12 – Cari Construtores, S.A.

- valor da proposta – 1 998 566,10 € – (83,37% de classificação)

Col.
M
Imatim

- 
- 2º - Concorrente nº 5 – Gabinete Técnico de Ribeirão, Lda
- valor da proposta – 2 136 543,33 € – (83,26% de classificação)
- 3º - Concorrente nº 7 – ANORTE – Construção e Engenharia, Lda
- valor da proposta – 2 141 959,33 € – (81,48% de classificação)
- 4º - Concorrente nº 20 – Ferreira Construções, S.A.
- valor da proposta – 2 119 076,26 € – (81,30% de classificação)
- 5º - Concorrente nº 18 – Telhabel Construções, S.A.
- valor da proposta – 2 126 230,80 € – (81,26% de classificação)
- 6º - Concorrente nº 27 – Construções Ar-lindo, S.A.
- valor da proposta – 2 082 394,99 € – (80,47% de classificação)
- 7º - Concorrente nº 28 – Arlindo Correia & Filhos, Lda
- valor da proposta – 2 139 076,70 € – (80,45% de classificação)
- 8º - Concorrente nº 24 – Construções Gabriel A. S. Couto, S.A.
- valor da proposta – 1 889 962,28 € – (79,89% de classificação)
- 9º - Concorrente nº 8 – Costa & Carreira, Lda
- valor da proposta – 1 761 592,66 € – (79,25% de classificação)
- 10º - Concorrente nº 6 – Alexandre Barbosa Borges, S.A.
- valor da proposta – 2 138 804,04 € – (78,70% de classificação)
- 11º - Concorrente nº 13 – Emprirpar – Obras Públicas e Privadas, S.A.
- valor da proposta – 1 987 210,29 € – (78,22% de classificação)
- 12º - Concorrente nº 33 – Costa & Carvalho, S.A.
- valor da proposta – 2 099 999,56 € – (77,39% de classificação)
- 13º - Concorrente nº 4 – J. Gomes – Sociedade de Construção do Cávado, S.A.
- valor da proposta – 1 943 008,00 € – (76,63% de classificação)
- 14º - Concorrente nº 11 – Encobarra – Engenharia e Construções, S.A.
- valor da proposta – 2 139 069,33 € – (76,25% de classificação)
- 15º - Concorrente nº 14 – João Fernandes da Silva S.A. / Construções Refoiense, Lda
- valor da proposta – 1 866 958,61 € – (76,25% de classificação)
- 16º - Concorrente nº 31 – Teixeira, Pinto & Soares, Lda
- valor da proposta – 1 851 820,03 € – (75,57% de classificação)
- 17º - Concorrente nº 29 – Norasil – Sociedade de Construção Civil, Lda
- valor da proposta – 1 761 592,58 € – (75,55% de classificação)
- 

- 18° - Concorrente nº 10 – Constructora San José, S.A.
- valor da proposta – 2 038 646,89 € – (74,68% de classificação)
- 19° - Concorrente nº 30 – Agostinho Malheiro Coelho – Construções, Lda
- valor da proposta – 2 013 265,58 € – (72,10% de classificação)
- 20° - Concorrente nº 16 – Befebal II, Lda
- valor da proposta – 2 163 059,06 € – (71,01% de classificação)
- 21° - Concorrente nº 15 – Britalar – Sociedade de Construções, Lda
- valor da proposta – 2 038 277,03 € – (70,73% de classificação)
- 22° - Concorrente nº 26 – FFV
- valor da proposta – 1 761 592,60 € – (69,55% de classificação)
- 23° - Concorrente nº 21 – Habitâmega Construções, S.A.
- valor da proposta – 1 761 592,57 € – (67,30% de classificação)
- 24° - Concorrente nº 19 – Artur Silva Ribeiro, S.A.
- valor da proposta – 1 898 764,72 € – (65,45% de classificação)
- 25° - Concorrente nº 1 – Construções Capela Braga, Lda
- valor da proposta – 2 099 584,97 € – (63,74% de classificação)
- 26° - Concorrente nº 9 – CIP Construção, S.A.
- valor da proposta – 2 149 139,64 € – (62,05% de classificação)
- 27° - Concorrente nº 17 – Ramalho Rosa Cobetar – Sociedade de Construções, S.A.
- valor da proposta – 2 286 294,00 € – (60,50% de classificação)
- 28° - Concorrente nº 22 – Obrecol – Obras e Construções, S.A.
- valor da proposta – 2 389 659,54 € – (55,58% de classificação)
- 29° - Concorrente nº 25 – António Simões & Simões, Lda
- valor da proposta – 2 392 407,38 € – (49,87% de classificação)
-
- 30° - Concorrente nº 2 – QTCivil – Engenharia e Reabilitação, S.A.
- valor da proposta – Excluído
- 31° - Concorrente nº 3 – Olijafa II – Construção e Engenharia, Lda
- valor da proposta – Excluído
- 32° - Concorrente nº 23 – Valentim José Luís & Filhos, S.A.
- valor da proposta – Excluído
- 33° - Concorrente nº 32 – Edinorte – Edificações Nortenhass, S.A.
- valor da proposta – Excluído

Coln.
Função

34° - Concorrente nº 34 – Vilacelos Construções, S.A.
- valor da proposta – Excluído

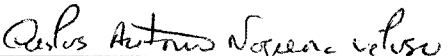
35° - Concorrente nº 35 – Carlos José Fernandes & Cª, Lda
- valor da proposta – Excluído

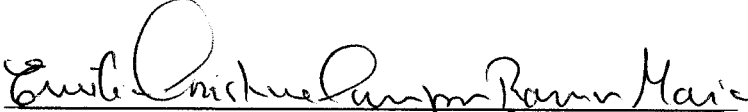
Assim, e de acordo com o critério de adjudicação definido no caderno de encargos, a obra deve ser adjudicada ao concorrente com a proposta economicamente mais vantajosa, que é a do concorrente nº 12 – *Cari Construtores, S.A.* pelo valor da sua proposta **1 998 566,10 €** (*um milhão, novecentos e noventa e oito mil, quinhentos e sessenta e seis euros, dez cêntimos*).

Face ao exposto e considerando que o júri mantém a ordenação das propostas constantes do Relatório, remete-se nos termos do nº 3 do artigo 148º do CCP aprovado pelo DL nº 18/2008 de 29 de Janeiro, o presente Relatório Final, juntamente com os demais documentos que compõem o processo de concurso, ao órgão competente para a decisão de contratar.

Santo Tirso, 30 de dezembro de 2013

O Júri do Concurso:


Presidente – Carlos António Nogueira Veloso, Eng.º


Vogal – Emília Cristina Campos Maia, Dr.ª


Vogal – João Paulo Rosas Martins, Eng.º



DESPACHO

Empreitada “Requalificação do Museu Abade Pedrosa – Museu Internacional de Escultura Contemporânea – 1ª fase”

Decisão de Adjudicação

Dr. Joaquim Barbosa Ferreira Couto, Presidente da Câmara Municipal de Santo Tirso, decido, ao abrigo da competência excepcional prevista no nº 3 do artº 35º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, adjudicar a empreitada acima identificada à sociedade CARI – Construtores, S.A., pelo preço de 1 998 566,10 € (um milhão novecentos e noventa e oito mil quinhentos e sessenta e seis euros e dez cêntimos), mais IVA, com a seguinte fundamentação:

A decisão de adjudicação fundamenta-se no Relatório Final de Análise das Propostas elaborado pelo júri do respetivo procedimento, datado de 30 de dezembro último, que aqui se dá por inteiramente transcrito para todos os efeitos legais;

A competência para a adjudicação da empreitada pertence à câmara municipal;

No entanto, a próxima reunião ordinária da câmara municipal é apenas no próximo dia 29 do corrente mês de abril, existindo alguma dificuldade na convocação de uma reunião extraordinária, nomeadamente por motivos de disponibilidade de agenda, face à existência de dois feriados nacionais, num curto espaço de tempo, acrescendo ainda que as reuniões extraordinárias acarretam despesas extra para o município;

A execução da empreitada em causa reveste-se de carácter urgente, em virtude de ter sido apresentada uma candidatura a financiamento comunitário (processo NORTE-09-0347-FEDER-000299), que mereceu proposta de decisão de financiamento favorável com alterações, conforme comunicação recebida nesta data da Comissão Diretiva do Programa Operacional Regional do Norte, registada no SGD com o nº 3984/2014;

De forma a assegurar os prazos de execução física e financeira previstos na



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

DESPACHO

65

candidatura é urgente a celebração do contrato, sendo que o mesmo apenas poderá produzir efeitos após o visto expresso ou tácito do Tribunal de Contas;

O facto da comunicação de aprovação daquela candidatura só ter chegado hoje à câmara municipal não permitiu o agendamento deste assunto para a reunião da câmara municipal que hoje se realizou;

A adjudicação da empreitada permitirá que se notifique de imediato o concorrente preferido para apresentar os documentos de habilitação e documento comprovativo da prestação de caução;

A despesa com o contrato a celebrar será satisfeita pela rubrica orçamental com a classificação económica 070115, na qual ficou cativa a importância de 527 559,23 € (quinhentos e vinte e sete mil quinhentos e cinquenta e nove euros e vinte e três cêntimos), correspondente à estimativa dos encargos financeiros a satisfazer no ano em curso, conforme proposta de cabimento orçamental nº 2421/2013, de 20 de setembro, validada em 10 de janeiro de 2014, e movimento de estorno nº 310/2014, de 14 de abril;

Os encargos a assumir com o contrato de empreitada a celebrar, correspondente à estimativa dos pagamentos a efetuar no ano em curso, ficaram registados no Sistema de Contabilidade, conforme documento nº 1070/2014, de 14 do corrente mês de abril;

O prazo de execução da empreitada é de 720 dias, sendo que a autorização prévia da assembleia municipal para a assunção de compromissos plurianuais consta da autorização genérica aprovada pela assembleia municipal em sessão ordinária de vinte de dezembro último, dada aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2014, de harmonia com o previsto no artº 12º do D.L. 127/2012, de 21 de junho, em virtude da respetiva ação constar do PPI, com dotação nos anos económicos de 2014, 2015 e 2016 (projeto/ação – 4/2007/72).

Face ao exposto, decido a referida adjudicação.

Remeta-se aos Serviços competentes para efeitos das notificações previstas

SISTEMA CERTIFICADO

eiC
ISO 9001

certificação
acreditada

Serviços de Obras Particulares,
Ação Social e Alimentação
Qual e Atividades de Gestão
Administrativa, Recursos
Humanos, Apoio Jurídico e
Compras.

M.021GR



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

DESPACHO

no artº 77º do Código dos Contratos Públicos, e à próxima reunião de Câmara para efeitos de ratificação.

Santo Tirso, 15 de abril de 2014

O Presidente,

SISTEMA CERTIFICADO

eiC
ISO 9001
certificação
acreditada
AFNOR

Serviços de Obras Particulares,
Ação Social e Alimentação,
Gestão e Atividades de Gestão
Administrativa, Recursos
Humanos, Apoio Jurídico e
Compras

M.021GR



4. EMPREITADA: “REQUALIFICAÇÃO DO MUSEU MUNICIPAL ABADE PEDROSA – 2ª FASE”: DECISÃO DE CONTRATAR E APROVAÇÃO DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO.-----

Presente informação da Divisão de Empreitadas, de vinte e dois do corrente mês de abril, registada com o número quatro mil duzentos e oitenta e três, a remeter as peças do procedimento relativas à formação do contrato de empreitada acima referido, cujo valor, para efeitos de concurso, é de 1.151.209,35 € (um milhão cento e cinquenta e um mil duzentos e nove euros e trinta e cinco cêntimos), mais IVA.-----

O prazo previsto para a execução da empreitada é de trezentos dias.-----

As despesas com a execução da referida obra serão suportadas pela rubrica orçamental com a classificação económica 070115, na qual ficou cativa a importância de 584.281,91 € (quinhentos e oitenta e quatro mil duzentos e oitenta e um euros e noventa e um cêntimos), correspondente ao valor provável dos encargos a suportar com o respetivo projeto/ação no corrente ano económico, conforme proposta de cabimento número 1024/2014, de vinte e três do corrente mês de abril, em virtude da respetiva empreitada, face ao prazo de execução previsto, ter execução física e financeira em mais do que um ano económico, conforme resulta do Plano Plurianual de Investimentos para o ano em curso, aprovado pela assembleia municipal em sessão ordinária de vinte de dezembro de dois mil e treze (objetivo 2.5.1; projeto/ação 2007/72).-----

O respetivo Projeto de Execução, que é constituído pelos elementos referidos na lista e informação anexa à presente ata e que dela fica a fazer parte integrante, constituindo as subseqüentes três folhas, foi aprovado por despacho do presidente da câmara de catorze de fevereiro último, ratificado pela câmara municipal em reunião de cinco de março findo (item quatro da respetiva ata), tendo no entanto sido efetuados posteriores ajustes ao projeto, conforme informação da diretora do departamento de planeamento e ambiente, de vinte e três do corrente mês de abril, da qual se junta cópia à presente ata e dela fica a fazer parte integrante para todos os efeitos legais, nomeadamente

para efeitos do disposto no n.º 5 do artigo 43º do Código dos Contratos Públicos.-----

Pelo senhor presidente da câmara municipal foram apresentadas as seguintes propostas:--

A) Que a câmara municipal delibere aprovar as alterações ao projeto, de harmonia com a aludida informação técnica da diretora do departamento de planeamento e ambiente.-----

B) Que a câmara municipal delibere autorizar a despesa inerente ao contrato de empreitada a celebrar e tomar a decisão de contratar prevista no artigo 36º do Código dos Contratos Públicos, mediante procedimento de concurso público, de harmonia com o previsto no artigo 19º do mesmo Código.-----

C) Que a câmara delibere aprovar as demais peças do respetivo procedimento, nomeadamente o programa preliminar; programa de procedimento; caderno de encargos – cláusulas jurídicas e mapa de quantidades, dos quais se anexam cópias à presente ata e dela ficam a fazer parte integrante, constituindo os anexos I, II, III e IV e da mesma.-----

D) Que a câmara delibere declarar, com fundamento na informação técnica anexa, e face aos demais elementos constantes do procedimento, que o Projeto de Execução, com todas as especialidades, estudos e elementos que o integram, contém todas as informações necessárias, indispensáveis e suficientes à boa execução da obra a realizar, pelo que “os elementos da solução da obra a realizar” que irão ser disponibilizados a concurso a definem e enquadram em termos técnicos e são suficientes para a sua boa execução e cumprem a legislação aplicável.-----

E) Que a câmara municipal delibere designar o júri do respetivo procedimento com a seguinte composição:-----

Membros Efetivos

Presidente: Eng.º Carlos António Nogueira Veloso, Chefe da divisão de empreitadas, em regime de substituição;-----

Dra. Emilia Cristina Campos Ramos Maia, Técnica Superior Jurista;-----

Eng.º João Paulo Rosas Martins, Técnico Superior.-----



4 A

Membros Suplentes:

Dra. Diana Paula Ferreira Salgado, Chefe da Divisão Jurídica e de Administração Geral;-

Eng.ª Maria Fernanda Pires de Lima Silva Coelho, Técnica Superior.-----

As cinco propostas que antecederam foram aprovadas com sete votos a favor.-----



Índice

MUSEU MUNICIPAL ABADE PEDROSA / MUSEU INTERNACIONAL DE ESCULTURA CONTEMPORÂNEA - 2ª fase

Projecto de Execução

Peças Escritas

Memória Descritiva

Trabalhos e Condições Técnicas Gerais

Trabalhos e Condições Técnicas Especiais

Mapa de Medições

Mapa de Quantidades

Peças Desenhadas

TIPO 1 - Desenhos gerais

Proj.	Esp.	Zona	Tipo.	Nº	Designação
490	AQ	-	1	01	Desenhos Gerais - Planta de Implantação
490	AQ	-	1	02	Desenhos Gerais - Planta do Piso 0 e Planta do Sotão
490	AQ	-	1	03	Desenhos Gerais - Cortes Longitudinais L1 e L2
490	AQ	-	1	04	Desenhos Gerais - Cortes Longitudinais L3 e L4
490	AQ	-	1	05	Desenhos Gerais - Cortes Transversais T1, T2, T3, T4, T5 e T6
490	AQ	-	1	06	Desenhos Gerais - Alçados Norte, Poente e Sul

TIPO 2 - Desenhos parciais

Proj.	Esp.	Zona	Tipo.	Nº	Designação
490	AQ	-	2	01	Desenhos Parciais - Átrio
490	AQ	-	2	02	Desenhos Parciais - Vestíbulo
490	AQ	-	2	03	Desenhos Parciais - Instalações Sanitárias
490	AQ	-	2	04	Desenhos Parciais - Corredor
490	AQ	-	2	05	Desenhos Parciais - Auditório
490	AQ	-	2	06	Desenhos Parciais - Sala 1_Pré-História
490	AQ	-	2	07	Desenhos Parciais - Sala 2_Proto-História
490	AQ	-	2	08	Desenhos Parciais - Sala 3_Arquitectura E Território
490	AQ	-	2	09	Desenhos Parciais - Sala 4_Romanização
490	AQ	-	2	10	Desenhos Parciais - Sala 5_Idade Média e Moderno
490	AQ	-	2	11	Desenhos Parciais - Sala 6_Industrialização

TIPO 3 - Cortes Construtivos

Proj.	Esp.	Zona	Tipo.	Nº	Designação
490	AQ	-	3	01	Corte Construtivo T1 - Auditório
490	AQ	-	3	02	Corte Construtivo T2 - Sala de Exposição
490	AQ	-	3	03	Corte Construtivo L1 - Recepção
490	AQ	-	3	04	Cortes Construtivos Tipo

TIPO 4 - Carpintarias

Proj.	Esp.	Zona	Tipo.	Nº	Designação
490	AQ	-	4	01	Carpintarias - Janela Tipo JN/Alçado Norte - Corte Vertical e Corte Horizontal
490	AQ	-	4	02	Carpintarias - Janela Tipo JS/Alçado Sul - Corte Vertical e Corte Horizontal
490	AQ	-	4	03	Carpintarias - Janela Tipo JPN/Alçado Norte - Corte Vertical e Corte Horizontal
490	AQ	-	4	04	Carpintarias - Janela Tipo JS'/Alçado Sul - Corte Vertical e Corte Horizontal
490	AQ	-	4	05	Carpintarias - Porta Tipo PM - Corte Vertical e Corte Horizontal
490	AQ	-	4	06	Carpintarias - Porta Tipo PMA - Corte Vertical e Corte Horizontal
490	AQ	-	4	07	Carpintarias - Porta Tipo PPM - Corte Vertical e Corte Horizontal
490	AQ	-	4	08	Carpintarias - Porta Tipo PML - Corte Vertical e Corte Horizontal
490	AQ	-	4	09	Carpintarias - Armário AM - Corte Vertical e Corte Horizontal
490	AQ	-	4	10	Carpintarias - Janela Tipo JP/Alçado Poente - Corte Vertical e Corte Horizontal

TIPO 5 - Serralharias

Proj.	Esp.	Zona	Tipo.	Nº	Designação
490	AQ	-	5	01	Serralharias - Guarda Tipo GR/Cobertura - Corte Vertical e Corte Horizontal



Índice

490	AQ	-	5	02	Serralharias - Janela Tipo JSC/Cobertura - Corte Vertical e Corte Horizontal
490	AQ	-	5	03	Serralharias - Armário Carretel Tipo AC - Corte Vertical e Corte Horizontal
490	AQ	-	5	04	Serralharias - Barreira Tipo BRR - Corte Vertical e Corte Horizontal
490	AQ	-	5	05	Serralharias - Suporte Monitores Tipo MNT - Corte Vertical e Corte Horizontal
490	AQ	-	5	06	Serralharias - Suporte Touchscreen Tipo TS - Corte Vertical e Corte Horizontal
490	AQ	-	5	07	Serralharias - Vitrine Tipo VIT - Corte Vertical e Corte Horizontal
490	AQ	-	5	08	Serralharias - Plinto Tipo PL - Corte Vertical e Corte Horizontal

Peças Escritas

Termo de Responsabilidade, Declaração da Ordem e Fotocópia C.C.

Memória Descritiva

Condições Técnicas Especiais

Condições Técnicas Gerais

Mapa de Medições

Mapa de Quantidades

Lista de Peças Desenhadas

Peças Desenhadas

E408-B4.0-001/AE	Planta Piso 0 e Pormenores
E408-B4.0-002/AE	Planta Piso Intermédio, planta de cobertura e Pormenores

Peças Escritas

Termo de Responsabilidade, Declaração da OET e Fotocópia C.C.

Lista de Peças Desenhadas

Memória Descritiva

Condições Técnicas Especiais

Condições Técnicas Gerais

Mapa de Quantidades - Mapa de Medições

Peças Desenhadas

Instalações e Equipamentos Eléctricos

E408-B4.1-001/CE	Simbologia
E408-B4.1-002/CE	Piso 1 e Sotão - Caminhos de Cabos, caixas de pavimento e tubos de reserva
E408-B4.1-003/CE	Piso 1 e sotão - Interligação de quadros, sinalização de saída e influências externas
E408-B4.1-004/CE	Piso 1 e sotão - Iluminação interior
E408-B4.1-005/CE	Piso 1 e sotão - Alimentação de equipamentos e tomadas de usos gerais
E408-B4.1-006/CE	Diagrama unifilar de alimentação de energia e interligação de quadros
E408-B4.1-007/CE	Diagrama unifilar QP1
E408-B4.1-008/CE	Diagrama unifilar QSOT

Instalações e Equipamentos de Gestão Técnica Centralizada

E408-B4.1-001/CG	SGTC - Implantação de equipamentos e rede de interligação; simbologia; esquemas de princípio
E408-B4.1-002/CG	SGTC - Implantação de equipamentos e rede de interligação; simbologia; planta parcial do piso 1

Instalações e Equipamentos de Telecomunicações e Audiovisuais

E408-B4.1-001/CT	ITED Simbologia
E408-B4.1-002/CT	ITED Esquemas das redes de cabos e das instalações eléctricas de ITED
E408-B4.1-003/CT	Piso 1 ITED Implantação da rede de tubagem e equipamentos
E408-B4.1-004/CT	Porteiro eléctrico e audiovisuais

Instalações e Equipamentos de Segurança Activa

E408-B4.1-001/CS	SADI - Sistema Automático de detecção de incêndios
E408-B4.1-002/CS	Piso 1 e sotão - SADI - Implantação de equipamentos
E408-B4.1-003/CS	Piso 1 e sotão - SADIR; Simbologia; Esquema de princípio
E408-B4.1-004/CS	CCTV Sistemas de televigilância; Simbologia; Esquema de princípio
E408-B4.1-005/CS	Piso 1 e sotão - SADIR e CCTV - Implantação de equipamentos



Índice

Peças Escritas

Termo de Responsabilidade, Declaração da Ordem e Fotocópia C.C.

Cadastro das Redes de Infra-estruturas Públicas

Memória Descritiva e Justificativa

Condições Técnicas Gerais e Especiais

Mapa de Medições

Mapa de Quantidades

Lista de Desenhos

Peças Desenhadas

Rede de abastecimento de água / Rede de combate a Incêndios

E408-B4.0-001-DA/DI | Planta do Piso 1, cortes

E408-B4.0-002-DI | Planta de Implantação

Rede de drenagem de águas residuais domésticas

E408-B4.0-001/DS | Planta do piso 1, cortes, Alçado, Pormenores

E408-B4.0-002/DS | Planta de Implantação

Peças Escritas

Termo de Responsabilidade, Declaração da Ordem e Fotocópia C.C.

Índice

Memória Descritiva e Justificativa

Características Técnicas Especiais

Disposições Gerais

Especificações Técnicas Gerais

Anexos

Mapa de Medições

Peças Desenhadas

E408-B4.0-001-EA | Instalações Mecânicas de Avac - Planta piso 0 - Redes Aeraulicas e Hidraulicas

E408-B4.0-002-EA | Instalações Mecânicas de Avac - Esquema de Principio

Peças Escritas

Termo de Responsabilidade, Declaração da Ordem e Fotocópia C.C.

Memória Descritiva

Mapa de Medições

Peças Desenhadas

E408-B4.0-001-JA | Pormenor Tipo - Pavimentos

E408-B4.0-002-JA | Pormenor Tipo - Paredes

Peças Escritas

Declaração de Autor do Plano, Declaração da Ordem e Fotocópia C.C.

Plano

Peças Escritas

Declaração de Autor do Plano, Declaração da Ordem e Fotocópia C.C.

Plano

DEPARTAMENTO DE PLANEAMENTO E AMBIENTE

Referência externa

Registo N.º

Data de Entrada

Origem
DPA


Assunto **Projecto de Requalificação do Museu Municipal Abade Pedrosa / Museu Internacional de Escultura Contemporânea ao Ar Livre – Aprovação do Projecto de Execução da equipa Arqto. Álvaro Siza Vieira e Arqto. Eduardo Souto de Moura**

DESPACHO

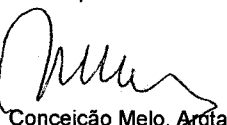
2014-04-23

O Presidente

Dr. Joaquim Couto



2014-04-23

A Diretora de
Departamento


Conceição Melo, Arqta

Informação

O projeto de execução do Museu Municipal Abade Pedrosa foi aprovado, por despacho do presidente de 2014.02.14, por motivos de urgência ao abrigo do n.º 3 do Artigo 35.º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro, tendo, o despacho de aprovação sido ratificado em reunião do dia 5 de Março.

Posteriormente foram feitos alguns ajustes ao projeto no que se refere à adaptação do mesmo ao conceito expositivo e que se traduziram num aumento do orçamento no valor de 10 778,47€ que incide maioritariamente no valor estimado para as infraestruturas elétricas, telecomunicações e elevadores.

As alterações efetuadas não interferem com qualquer das aprovações ao projeto necessárias para aprovação e instrução do processo de concurso para a obra.

Os processos apresentados encontram-se devidamente instruídos tendo sido apenas corrigidas as peças alteradas.

Assim sendo fazem parte do mesmo:

Projeto de Arquitetura – que compreende as peças escritas referentes à descrição e justificação das soluções, condições técnicas especiais, condições técnicas gerais, mapa de medições, mapa de quantidades, e lista de peças desenhadas que por sua vez consideram: desenhos gerais e parciais, cortes construtivos e pormenorização de carpintarias.

Projeto de Estruturas - que compreende as peças escritas referentes à responsabilização, descrição e justificação das soluções, condições técnicas especiais, condições técnicas gerais, mapa de medições, mapa de quantidades, e lista de peças desenhadas que por sua vez consideram: desenhos gerais e pormenorização a diversas escalas.

Projeto das Instalações e Equipamentos Elétricos, Telecomunicações e Elevadores - que compreende as peças escritas referentes à responsabilização, descrição e justificação das soluções, condições técnicas especiais, condições técnicas gerais, mapa de medições, mapa de quantidades, e lista de peças desenhadas que por sua vez consideram: desenhos sectoriais temáticos gerais e pormenorização a diversas escalas, ao nível dos equipamentos eléctricos, de gestão técnica centralizada, de equipamentos de telecomunicações e de audiovisuais, e equipamentos de segurança ativa.

Projeto das Redes Hidráulicas - que compreende as peças escritas referentes à responsabilização, descrição e justificação das soluções, condições técnicas especiais, condições técnicas gerais, mapa de medições, mapa de quantidades, e lista de peças desenhadas que por sua vez consideram: desenhos sectoriais temáticos gerais e pormenorização a diversas escalas, ao nível do abastecimento de água e rede de combate a incêndios bem como drenagem de águas residuais domésticas.

Projeto das Instalações Mecânicas de AVAC - que compreende as peças escritas

referentes à responsabilização, descrição e justificação das soluções, condições técnicas especiais, condições técnicas gerais e anexos, mapa de medições, mapa de quantidades, e lista de peças desenhadas que por sua vez consideram: desenhos gerais e pormenorização a diversas escalas, ao nível das redes aeraulicas e hidráulicas.

Projeto de Acondicionamento Acústico - que compreende as peças escritas referentes à responsabilização, descrição e justificação das soluções, mapa de medições, e peças desenhadas que pormenorizam pavimentos e paredes.

Plano de Segurança e Saúde - que compreende as peças escritas referentes à responsabilização e o próprio plano.

Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição - que compreende as peças escritas referentes à responsabilização e o próprio plano.

Mapa Geral de Quantidades

Estimativa Orçamental

Foram entretanto emitidos novos pareceres que substituem os anteriormente emitidos pela:

ANPC – Parecer favorável (2014.03.13);

ARS NORTE – Parecer Favorável, condicionado (2014-02-12);

O valor estimado para a intervenção, totaliza nesta fase e conforme o presente projecto, um montante global de **1.151.209,35 (Um milhão, cento e cinquenta e um mil, duzentos e nove euros e trinta e cinco cêntimos)** a acrescer de IVA à taxa legal em vigor.

Mais se informa, para efeitos do disposto no n.º 5 do artigo 43º do CCP que, incidindo a obra em remodelação de edifício existente sem qualquer ampliação, já destinado à finalidade que virá a manter-se, museu municipal, não se justificam os elementos referidos nas alíneas a) levantamentos e análises de base e de campo; b) estudos geológicos e geotécnicos e d) estudos de impacte social, económico ou cultural.

Quanto ao cumprimento das:

alínea c) – O presente projeto não se encontra incluído na tipologia de projetos para os quais é exigida avaliação de impacte ambiental conforme DL151-B/2013 de 31 de Outubro, alterado pelo DL 47/2014 de 24 de Março.

alínea e) – Atendendo à natureza da intervenção que não interfere com elementos estruturais nem prevê a remodelação de infraestruturas existentes não foram efetuados quaisquer ensaios laboratoriais.

alínea f) – Plano de prevenção e gestão de resíduos da construção foi executado e está junto ao processo.

Nesta conformidade considera-se que o projeto está em condições de ser aprovado e decidida a abertura do procedimento para a obra.

5. “PROGRAMA MIMAR” (PÁSCOA/2014): PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO A DIVERSAS ASSOCIAÇÕES DE PAIS.-----

Presente informação de vinte e dois do corrente mês de abril, da divisão de educação, registada com o número quatro mil trezentos e onze, a sugerir a atribuição de subsídios às Associações de Pais abaixo identificadas, para ajudar a custear as despesas com o desenvolvimento das atividades relativas ao “Programa Mimar” (Páscoa 2014), nomeadamente com a contratação de orientadores técnicos para as diferentes áreas temáticas.-----

Os subsídios a atribuir, no montante global de 17.132,50 € (dezassete mil cento e trinta e dois euros e cinquenta cêntimos), serão satisfeitos pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento orçamental n.º 1028/2014.-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal, ao abrigo das disposições conjugadas da alínea d) do n.º 2 do artigo 23º da alínea n) do n.º 1 do artigo 33º, ambos do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, deliberasse atribuir os seguintes subsídios:-----

APEN – Associação de Pais de Escolas de Negrelos-----3.250,00 €
(três mil duzentos e cinquenta euros).-----

Associação de Pais e Encarregados de Educação dos Alunos da Escola Primária da Costa n.º 1 – Roriz-----2.707,50 €
(dois mil setecentos e sete euros e cinquenta cêntimos).-----

Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola C+S de S. Martinho do Campo e Área Pedagógica Periférica-----1.790,00 €
(mil setecentos e noventa euros).-----

Associação de Pais de Escola da Presa N 2 de Vilarinho-----1.550,00 €
(mil quinhentos e cinquenta euros).-----

Associação de Pais da Escola Primária de São José de Refojos-----2.485,00 €



(dois mil quatrocentos e oitenta e cinco euros).-----

Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola Preparatória São Rosendo-----

-----5.350,00 €

(cinco mil trezentos e cinquenta euros).-----

Os compromissos decorrentes da presente deliberação estão registados no sistema de contabilidade, conforme documentos números 1160, 1161, 1162, 1163, 1165, de vinte e três do corrente mês de abril e 1188 de vinte e oito do mesmo mês de abril.-----

A proposta foi aprovada com sete votos a favor.-----



A

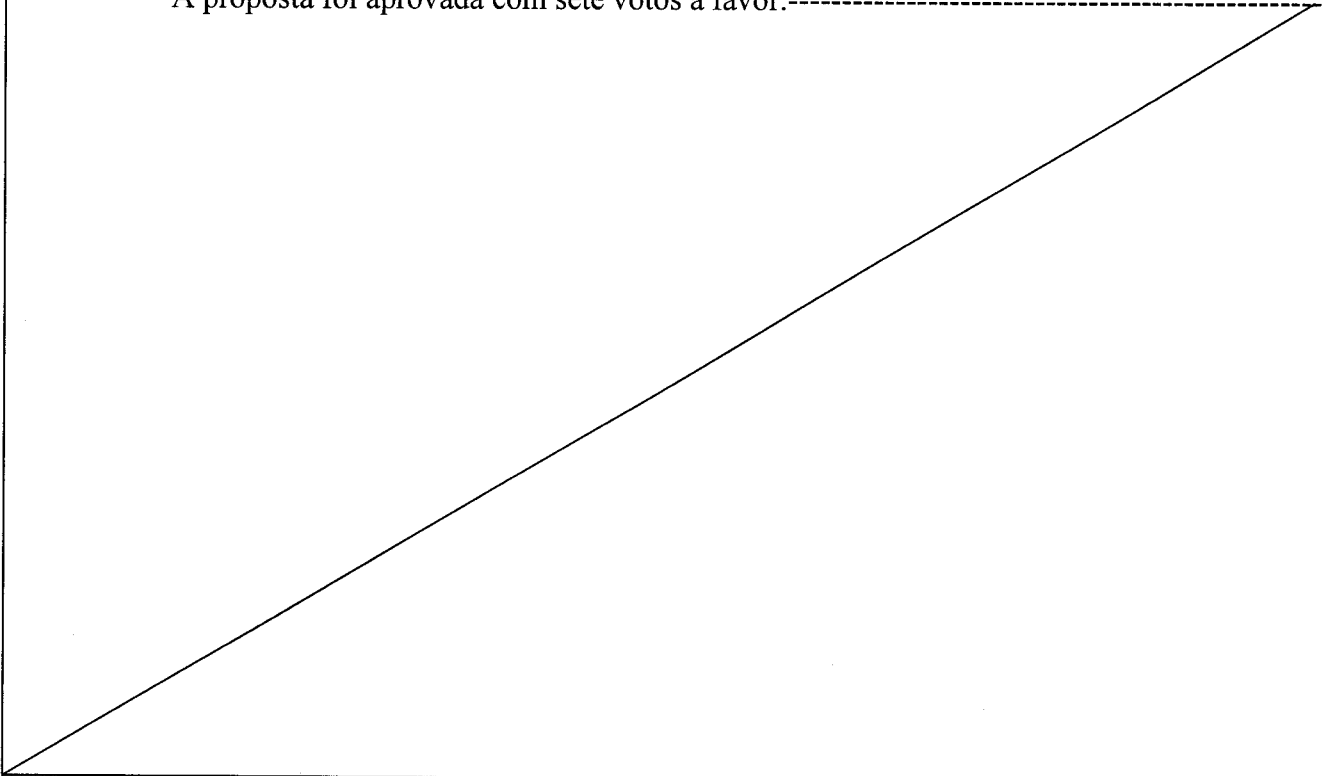
7

6. ABERTURA DE PROCEDIMENTO PARA A ADJUDICAÇÃO DE DIREITO DE OCUPAÇÃO, EXPLORAÇÃO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO LABORATÓRIO DE CONFEÇÃO DA INCUBADORA DE MODA E DESIGN DA “FÁBRICA DE SANTO THYRSO”.-----

Presente informação da diretora do departamento de planeamento e ambiente, de vinte e três do corrente mês de abril, registada com o número quatro mil trezentos e nove, a remeter as peças do procedimento (Programa de Procedimento e respetivos anexos e caderno de encargos) para abertura de um procedimento público tendo por objeto a adjudicação do direito de ocupação, exploração e prestação de serviços no laboratório de confeção da Incubadora de Moda e Design da “Fábrica de Santo Thyrso”.-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal deliberasse proceder à abertura de procedimento de negociação com publicação prévia de anúncio, nos termos do programa de procedimento e caderno de encargos anexo à presente ata (anexos V e VI).-----

A proposta foi aprovada com sete votos a favor.-----



7. PROPOSTA DE PARECER PRÉVIO GENÉRICO RELATIVO À CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS: RETIFICAÇÃO DO PARECER GENÉRICO APROVADO POR DELIBERAÇÃO DE 14/01/2014.-----

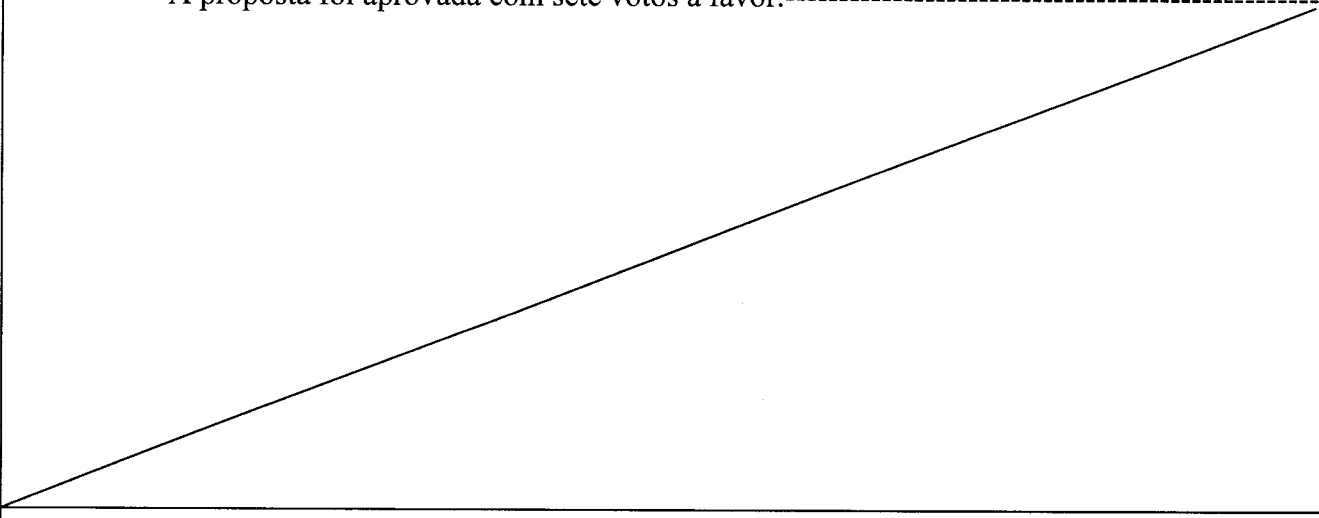
Presente informação do departamento administrativo e financeiro, de vinte e sete de março findo, registada com o número quatro mil e quarenta e um, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais, nomeadamente para efeitos de fundamentação da presente deliberação.-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal deliberasse retificar a proposta de parecer genérico favorável à celebração de contratos de aquisição de serviços aprovada pela câmara municipal em reunião de catorze de janeiro último (item cinco da respetiva ata), nos termos que constam da aludida informação técnica.-----

Em conformidade com esta proposta de retificação, o parecer prévio genérico favorável à celebração de contratos de aquisição de serviços, com as respetivas correções materiais, fica anexo à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo as subsequentes quatro folhas.-----

As aquisições de serviços contratadas ao abrigo do parecer genérico aprovado em catorze de janeiro último, que eventualmente tenham ultrapassado o valor total anual de 5.000,00 € (cinco mil euros) com a mesma contraparte, devem ser remetidas à próxima reunião da câmara municipal para ratificação.-----

A proposta foi aprovada com sete votos a favor.-----



PROPOSTA

Parecer prévio genérico favorável à celebração de contratos de aquisição de serviços

Conforme dispõem os nºs 4 e 11 do artigo 73º da Lei nº 83-C/2013, de 31 de dezembro, que aprovou a Lei do Orçamento do Estado para 2014, carece de parecer prévio vinculativo da competência da câmara municipal, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços, pelas autarquias locais, independentemente da natureza da contraparte, nos termos e segundo tramitação regulados por portaria dos membros do Governo responsáveis pela áreas das Finanças e da Administração Pública.


No âmbito de aplicação desta norma, o legislador quis englobar todas as aquisições de serviços abrangidas pelo Código dos Contratos Públicos e não só os contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença e contratos de aquisição de serviços cujo objeto seja a consultadoria técnica.

De acordo com o disposto no nº 5 do referido preceito legal, o parecer prévio destina-se à verificação dos seguintes requisitos:

- a) Execução de trabalho não subordinado (prestado com autonomia, não sujeito à disciplina e direção do órgão ou serviço contratante e não impõe o cumprimento de horário de trabalho) para o qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público (artigo 35º, nº 4 da Lei nº 12-A/2009) e da inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa;
- b) Confirmação da existência de cabimentação orçamental;
- c) Demonstração do cumprimento da redução remuneratória prevista no artigo nº 33º da LOE para 2014.

Parecer este que é prévio à decisão de contratar.

Determina o nº 18 do referido artigo 73º, que são nulos os contratos de aquisição de serviços celebrados ou renovados sem parecer prévio.



A portaria que veio a regulamentar os termos e tramitação do parecer prévio vinculativo e que se encontra em vigor é a Portaria nº 53/2014, de 3 de março.

No entanto, esta portaria apenas estabelece as normas de regulamentação para a administração central do Estado.

De acordo com o disposto na referida portaria, são estabelecidas exceções à regra do prévio parecer, em determinadas situações, desde que genericamente autorizadas.

Prevendo-se a possibilidade de emissão de um parecer genérico favorável à celebração de contratos de aquisição de serviços, tendo em conta os seguintes fatores:

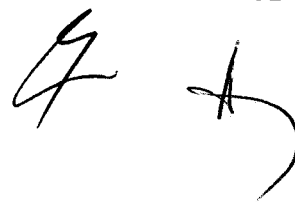
- Valor reduzido do contrato a celebrar com a mesma contraparte;
- Objeto do contrato;
- Duração do contrato.

Ainda não foi publicada a portaria aplicável à administração local.

No entanto, neste vazio legal, tem sido entendimento das entidades com tutela sobre as autarquias locais, designadamente Direção Geral das Autarquias Locais (DGAL) e Comissões de Coordenação Regional (CCDR'S), que, caso as autarquias pretendam emitir parecer genérico favorável à celebração ou renovação de contratos de aquisição de serviços, os termos e respetiva tramitação desse parecer têm de se balizar pelo disposto na portaria aplicável à administração central do Estado, ou seja, pela Portaria nº 53/2014, de 3 de março.

A solicitação casuística do parecer prévio vinculativo da Câmara Municipal (que só se reúne de 15 em 15 dias) à celebração ou renovação de contratos de aquisição de serviços de carácter urgente e de curta duração demonstra-se inadequada e inviável face à dinâmica destes contratos.

Nestes termos e considerando que se impõe, para normal funcionamento dos serviços, que sejam adotados mecanismos que assegurem a eficiência e eficácia na gestão em matéria de contratação pública, proponho que, nos termos do disposto no nº 4 e 11 do artigo 73º da Lei nº 83-C/2013, de 31 de



dezembro, a câmara municipal delibere emitir parecer genérico favorável à celebração ou renovação de contratos de aquisição/prestação de serviços nas situações a seguir enunciadas, desde que verificados os requisitos previstos no nº 5 do mesmo artigo:

a) Celebração de contratos de aquisição de serviços, desde que não seja ultrapassado o montante anual de 5.000,00€ (sem IVA) a contratar com a mesma contraparte e o trabalho a executar se enquadre numa das seguintes situações:

- Ações de formação que não ultrapassem 132 horas;
- Aquisição de serviços cuja execução se conclua no prazo de 20 dias a contar da notificação da decisão de adjudicação;

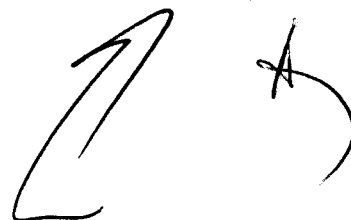
b) Celebração ou renovação de contratos de prestação de serviços de manutenção ou assistência a máquinas, equipamentos ou instalações, pelo prazo máximo de 1 ano e desde que não seja ultrapassado o montante anual de 5.000,00€ (sem IVA) a contratar com a mesma contraparte.

Entenda-se que no montante anual de 5.000,00€ (sem IVA) deverá ser tido em conta o valor global/ano dos contratos de aquisição de serviços que são celebrados com a mesma contraparte, ainda que ao abrigo de outros procedimentos concursais.

Os serviços que iniciem procedimentos de contratação a coberto desta autorização prévia não o poderão fazer sem confirmação do cumprimento casuístico dos referidos requisitos que a pressupõem.

Ainda que se trate da contratação da prestação de serviços que reúnam as condições enunciadas, o presente parecer prévio genérico não é aplicável aos casos de contratação sujeitos a autorização da assembleia municipal por implicar encargos em mais do que um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização.

Mais se propõe que a câmara municipal delibere que os contratos celebrados ou renovados ao abrigo de parecer genérico favorável sejam remetidos, até ao final do mês seguinte àquele em que foram adjudicados, a reunião da câmara para conhecimento e que os respetivos processos sejam organizados por forma a se poder avaliar o cumprimento e observância do regime legal de



aquisição de serviços e o pleno enquadramento dos contratos nos pressupostos que levam à emissão do presente parecer genérico favorável.

Propõe-se ainda que o referido parecer genérico favorável seja aplicável a todos os contratos de prestação de serviços que preencham os referidos pressupostos e que, por via de celebração ou renovação, produzam efeitos a partir do dia 1 de janeiro de 2014.

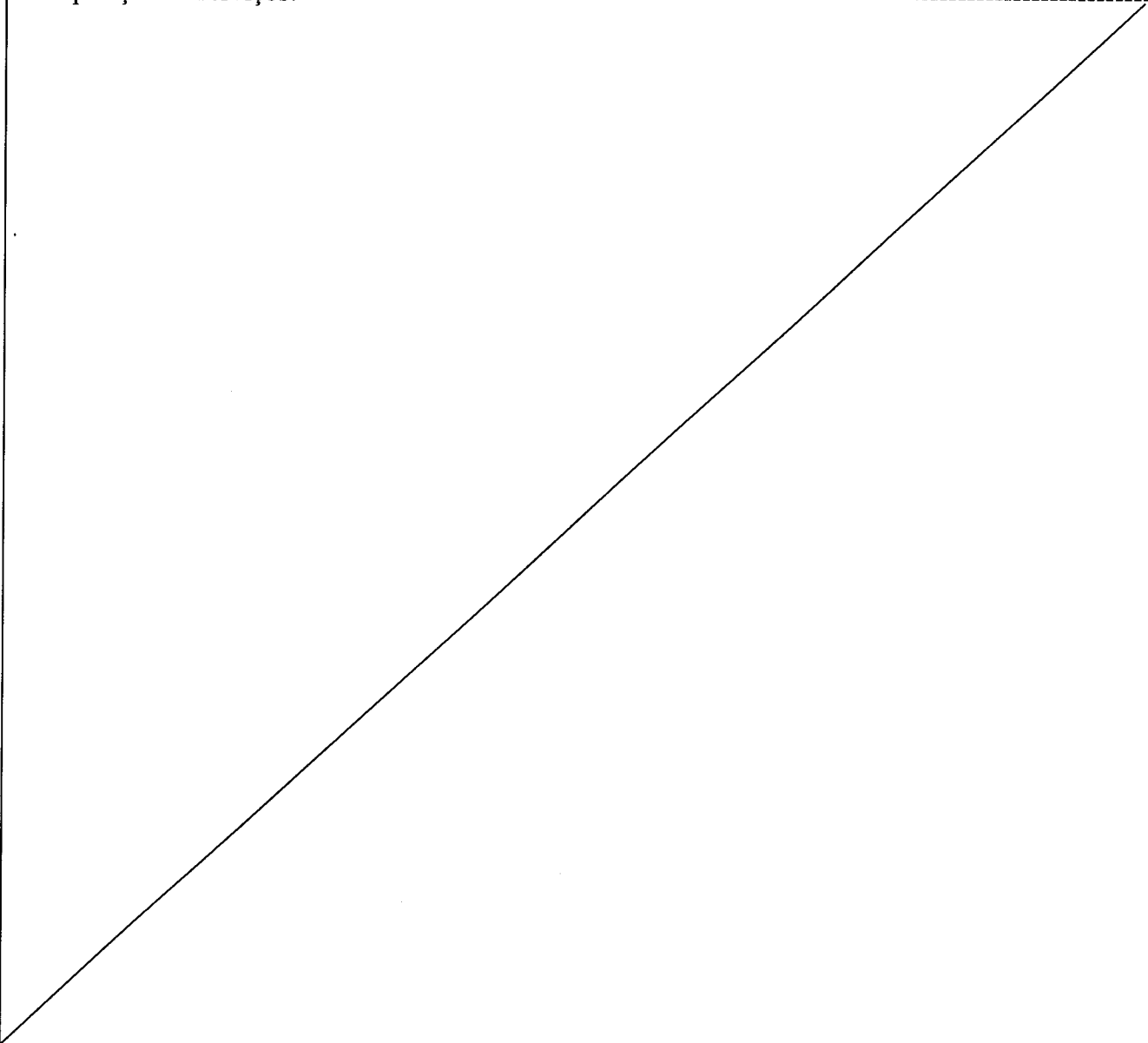
Santo Tirso, 01 de abril de 2014

O Presidente

Dr. Joaquim Couto

**8. PARECERES PRÉVIOS DA CÂMARA MUNICIPAL RELATIVOS À
CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS.-----**

O senhor presidente propôs que a câmara municipal, ao abrigo da sua competência prevista no n.º 11 do artigo 73º da Lei 83-C/2013, de 31 de dezembro, que aprova o Orçamento de Estado para dois mil e catorze, deliberasse dar parecer favorável à celebração dos seguintes contratos de aquisição de serviços:-----



8. A) CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TENDO POR OBJETO A ASSISTÊNCIA TÉCNICA E MANUTENÇÃO AO SOFTWARE SIGMA – MEDIDATA.-----

Presente informação de dez do corrente mês de abril, do responsável pelos serviços de informática, registada com o número quatro mil cento e oitenta e um, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais, nomeadamente para efeitos de fundamentação da presente deliberação.-----

O senhor presidente propôs, tendo em conta a verificação de todos os requisitos previstos no n.º 5 do referido artigo 73º, que a câmara municipal deliberasse dar parecer favorável à celebração do contrato referido na aludida informação técnica, cujo preço contratual global estimado, para o ano em curso é de 12.378,27 € (doze mil trezentos e setenta e oito euros e vinte e sete cêntimos), mais IVA.-----

A despesa estimada com a celebração do referido contrato de prestação de serviços será satisfeita pela rubrica orçamental com a classificação económica 020219, na qual tem suficiente dotação orçamental, conforme proposta de cabimento orçamental número 931/2014, de 11 de abril.---

O contrato será celebrado com a sociedade Medidata.Net – Sistemas de Informação para as autarquias S.A., com a fundamentação constante daquela informação.-----

Sobre o valor da proposta que vier a ser apresentada será aplicada a redução remuneratória de 12% legalmente prevista.-----

A proposta foi aprovada com sete votos a favor.-----

8. B) CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TENDO POR OBJETO A CONCEÇÃO E IMPRESSÃO DE 15.000 EXEMPLARES DE AGENDA (10 EDIÇÕES): RATIFICAÇÃO.-----

Presente o processo relativo ao procedimento por ajuste direto registado na subunidade de compras com o número 335/2014, relativo à celebração de um contrato de prestação de serviços tendo por objeto a conceção e impressão de 15.000 exemplares de agenda (10 edições) no ano em curso.-----

Pelo senhor presidente da câmara municipal foi dito:-----

Por lapso dos serviços o procedimento em causa foi aberto no pressuposto de que o objeto do contrato a celebrar era o fornecimento de um bem, razão pela qual não foi submetido a parecer prévio da câmara municipal;-----

Em fase de celebração do contrato, cuja adjudicação consta de despacho de dezoito de março findo, e após análise jurídica do processo, concluiu-se que o contrato a celebrar é um contrato de prestação de serviços, de harmonia com o conceito previsto no artigo 1154º do Código Civil;-----

Face ao exposto, e considerando que:-----

A) Que a câmara municipal não dispõe de recursos humanos e técnicos para executar este serviço, havendo necessidade de se recorrer à contratação externa;-----

B) Pela natureza do serviço a prestar, não se trata de trabalho subordinado, e revela-se de todo inadequado o recurso a qualquer modalidade jurídica de emprego público;-----

C) Sobre o valor da proposta apresentada, no montante de 62.200,00 € (sessenta e dois mil e duzentos euros) é aplicável a redução remuneratória de 12% legalmente prevista;-----

D) Os encargos a assumir pelo município serão satisfeitos pela rubrica orçamental com a classificação económica 02022009, na qual tem suficiente dotação orçamental, conforme proposta de cabimento n.º 1048/2014, desta data.-----

Proponho que a câmara municipal delibere emitir parecer favorável à celebração do



contrato em causa, com efeitos retroativos à data da abertura do respetivo procedimento.-----

A proposta foi aprovada com quatro votos a favor, dos senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Socialista, e três votos contra dos senhores vereadores eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Social Democrata, que fizeram a seguinte declaração de voto:-----

“Os vereadores eleitos enquanto inscritos na lista da coligação do PPD/PSD.PPM não subscrevem esta proposta porque consideram que os valores em causa, somados a conceção, impressão e a distribuição, são excessivos e não respeitam os fortíssimos constrangimentos a que as famílias tirsenses estão votadas. Apresentamos uma alternativa, que passava pela edição da agenda objeto desta contratação de dois em dois meses reduzindo os seus custos em cerca de 50 % (cinquenta por cento). Lamentamos que a maioria socialista não acolhesse esta sugestão, que além de mais económica, também cumpriria os seus fins, e mantivesse uma proposta que consideramos despesista”.-----

Seguidamente pelos senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Socialista foi feita a seguinte declaração de voto:-----

“Votamos favoravelmente porque entendemos que o dever de informação e transparência é uma das funções nobres das atribuições da câmara municipal. No nosso programa eleitoral e no plano de atividades da câmara está bem explícito que as atividades culturais e as genericamente designadas de imateriais são uma parte importante dos nossos objetivos políticos para o mandato.-----

Assim dando corpo à Agenda Cultural e de eventos do município, com uma ampla distribuição, estimulamos e damos corpo à participação cívica e política dos nossos munícipes. Lamentamos que outros só entendam a atividade municipal pelo lado economicista e contabilístico das funções.-----

Estamos a falar de dez edições, de 15.000 exemplares cada, o que perfaz um total de 150.000, ao preço unitário de cerca de 0,37 € (trinta e sete cêntimos).-----

Concluindo, o nosso voto favorável espelha de facto um novo ciclo político e uma alternativa”.-----

7

Intervenção do público.-----

Finda a discussão e votação dos assuntos incluídos na ordem do dia, o senhor presidente, de harmonia com o previsto no n.º 2 do artigo 49º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, fixou um período para intervenção do público presente.-----

Nenhum dos cidadãos presentes quis usar da palavra.-----

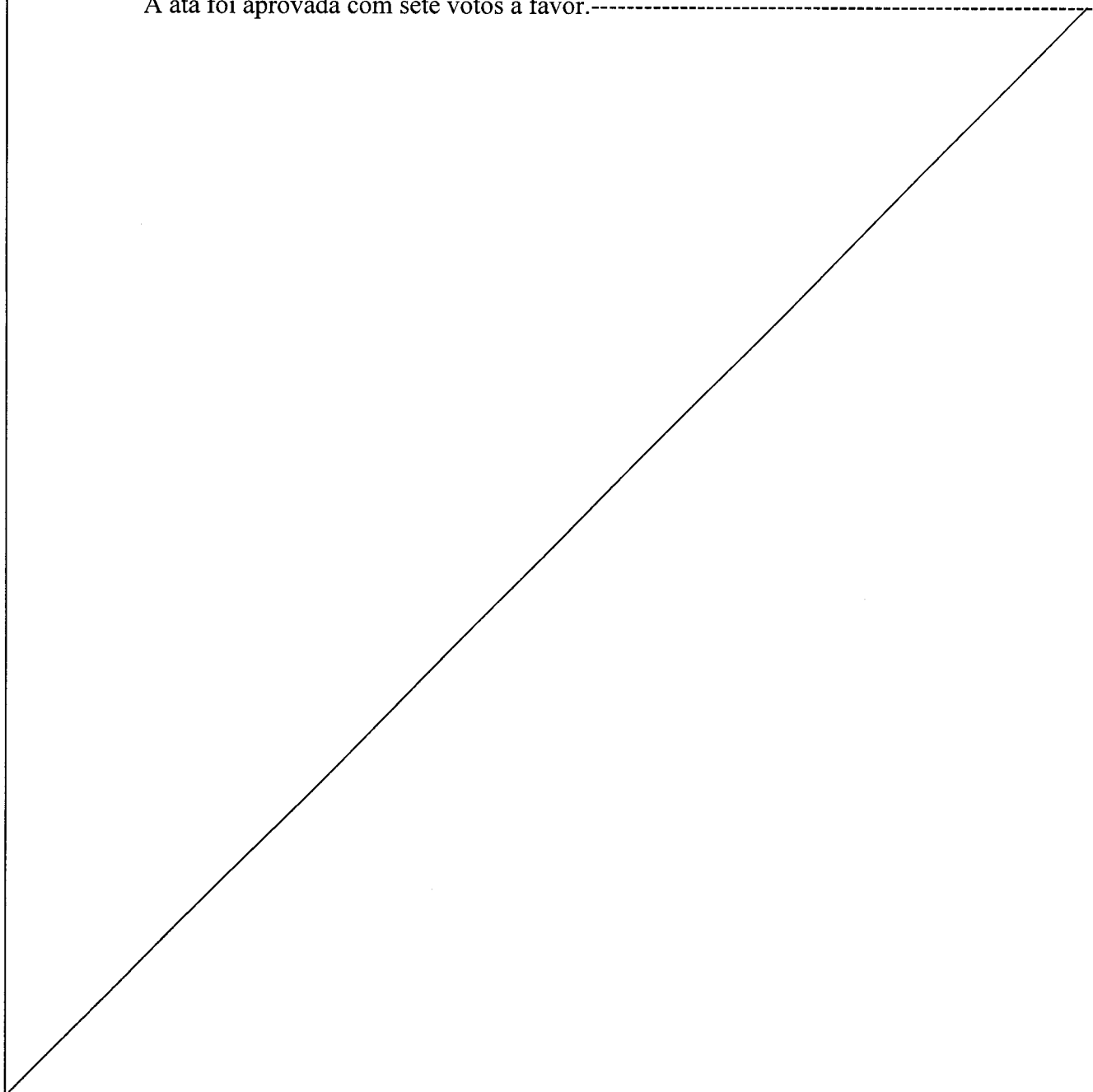


[Handwritten mark]

[Handwritten mark]

APROVAÇÃO DA ATA: No final e depois de lida a presente ata, o senhor presidente propôs a aprovação da mesma, de harmonia com o previsto no nº 3 do artigo 57º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro.-----

A ata foi aprovada com sete votos a favor.-----





ENCERRAMENTO.-----

A reunião foi encerrada eram: Onze horas e quinze minutos.-----

E para constar se lavrou a presente ata que tem oitenta e nove folhas, apenas utilizadas no anverso e seis documentos anexos (anexos I, II, III, IV, respeitantes ao item quatro, e anexos V e VI, respeitantes ao item seis), que eu

funcionária designada para secretariar a reunião subscrevo e vai ser assinada por quem presidiu.

APROVAÇÃO DA ATA.-----

A presente ata foi aprovada pelo executivo camarário em reunião de 13/05/2014, conforme consta do item um da respetiva ata (folhas doz da respetiva minuta).-----

A Secretária,